

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO
CONTEXTO DA CASA CRIANÇA NO MORRO DA PENITENCIÁRIA

Aprovado Pelo DSS
Em 15/12/94

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social do Centro Sócio-
Econômico da Universidade Fede-
ral de Santa Catarina para a
obtenção do título de Assistente
Social pela acadêmica: Simone
Dela Justina Klock.


KRISTYNA MATYS COSTA
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE-UFSC

Florianópolis, novembro de 1994.

AGRADECIMENTOS

- Com amor aos meus pais, em especial a minha mãe, que não mediram forças para a minha formação profissional.

- Ao meu grande companheiro Sávio pela compreensão, incentivo e colaboração presentes em todos os momentos.

- Com carinho aos meus irmãos Milton, Alexandre e Gisele pelo constante incentivo.

- As minhas amigas companheiras de luta pela amizade dispensada: Gislaine, Simone, Denise, Patrícia, Daniela, Adriana e Vera.

- A todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração deste trabalho.

"A criança é a nossa mais rica matéria-prima. Abandoná-la a sua própria sorte ou desassisti-la em suas necessidades de proteção, e amparo é crime de lesa Pátria.

É dever de todos recuperar para a sociedade os menores que o destino marginalizou, para fazer deles cidadãos prestantes e homens e mulheres úteis ao Brasil.

Negar-lhes a nossa solidariedade humana, patriótica e cristã é uma responsável traição nacional".

Tancredo Neves

23/09/83

As pessoas que mais amo,
Savio e Thiago.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
------------------	---

CAPÍTULO I

ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS QUE CONTRIBUÍRAM COM A ATUAL REALIDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	9
--	---

1.1 - Aspectos da Política Nacional	9
---	---

1.2 - Política Social de Atendimento a Infância e a Juventude	29
---	----

1.3 - Impactos sobre a Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente	38
---	----

1.4 - Impacto dos Movimentos e Entidades Não-governamentais	42
---	----

CAPÍTULO II

O SERVIÇO SOCIAL E O ATENDIMENTO DIRETO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA CASA DA CRIANÇA	44
---	----

2.1 - Breve Histórico da Comunidade do Morro da Penitenciária	44
---	----

2.2 - A Casa da Criança	50
-------------------------------	----

2.3 - O Serviço Social e o Processo Pedagógico Desenvol-	
vido na Casa da Criança	60
2.4 - Aspectos de uma Organização não Governamental	62
CONCLUSÃO	96
BIBLIOGRAFIA	97

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado com o objetivo de completar o último requisito exigido pelo departamento de Serviço Social da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Assistente Social.

Este trabalho de Conclusão de Curso é o resultado de uma experiência de estágio desenvolvido na casa da criança na comunidade do Morro da Penitenciária.

A invasão da região urbana pela crescente migração campo-cidade em busca de melhores condições de vida acabaram por se findar na luta pela sobrevivência, imposta pelo novo cotidiano; onde o não emprego ou a oferta irregular de serviço a parcelas inteira da população não integradas ao meio urbano deixou um expressivo número de famílias sem cuidar de seus filhos que quando consegue atravessar a primeira infância se veêm forçadas a ingressar no mercado de trabalho ou fazer da rua seu espaço de sobrevivência.

O peso desta dura realidade recai sobre a realidade das crianças e adolescentes que quando conseguem atravessar a primeira infância se veêm forçados a ingressar no mundo do trabalho ou fazer das ruas seus espaço de sobrevivência.

Na tentativa de evitar que ocorra este processo de marginalização e discriminação, surge o Casa de Criança no Morro da Penitenciária com o objetivo de proporcionar atividades que possibilitem às crianças e adolescentes uma via de auto-estima e dignidade para sua participação efetiva no contexto educacional e social.

No primeiro capítulo deste trabalho nos referimos a contextualização histórica do processo de migração campo - cidade ocorrida em nosso país, considerando a falta de uma política mais justa no campo como fator de grande influência na atual situação em que se encontram as crianças e adolescentes brasileiras.

Abordaremos no segundo e último capítulo um breve histórico do desenvolvimento do Serviço Social na comunidade do Morro da Penitenciária, e a sua atuação no processo sócio-pedagógico desenvolvido na Casa da Criança.

Finalizando o trabalho apresentaremos as considerações finais objetivando refletir dentro da nossa pequena experiência, algo sobre a prática do Serviço Social nesta área.

CAPÍTULO I

ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS QUE CONTRIBUÍRAM COM A ATUAL REALIDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1.1 - Aspectos da Política Nacional

Com uma urbanização sempre crescente no país, onde 70% da população vive nas grandes metrópoles, onde a migração do homem do campo resulta no inchaço das grandes cidades, que não apresentam infra-estrutura necessária para o recebimento constante da população que abandona o campo e, ao chegar aos grandes centros, se depara com uma situação precária de vida ou miséria absoluta num verdadeiro abandono, onde mesmo suas necessidades básicas não são atendidas, pois não existe política social adequada nas áreas de saúde, educação, salário e habitação. Submetidos à uma dinâmica de luta pela sobrevivência dentro de um quadro econômico de recessão, onde predomina o desemprego e o subemprego, restando a essas pessoas somente adequar-se à nova realidade, têm de contar com todos os componentes da família, incluindo crianças e adolescentes.

Compreende-se que a migração da população do campo para a cidade devido à falta de uma política agrária mais justa é um dos principais fatores responsáveis pela realidade difícil de muitas crianças e adolescentes.

Ciente de que essa realidade de hoje é proveniente de um contexto histórico, considera-se importante citar alguns acontecimentos históricos.

Nos anos 30 segundo Lopes, Ilda (1984) a economia brasileira era caracterizada por indústrias caseiras e de médio porte, de produção têxtil e gráfica. A maioria dos produtos manufaturados dessa época eram importados.

Paralela à industrialização ocorre a urbanização, desencadeando violentamente a migração campo-cidade, devido à grande oferta de emprego nos centros urbanos. O homem do campo recebe o crédito agrícola, que por sua vez passa a ser investido nas indústrias, e a mão-de-obra do campo é substituída pelas máquinas. O capitalismo do campo que concentrava a propriedade da terra, a renda e o poder, mais a falta de escolas, hospitais e habitação são fatores que forçam o trabalhador a se fixar nas cidades, onde acaba por se instalar nas periferias, encostas dos morros, através da autoconstrução clandestina, onde não existe a mínima infraestrutura, recebendo baixos salários numa condição de vida bastante precária.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que desarticulou o mercado exterior, e a crise internacional do café, em 1929, foram fatores quase decisivos no processo de transformação da economia que nos anos 30 era constituída principalmente pelo cultivo do cacau e do café para

exportação, ligando a nossa economia à economia mundial. A crise impôs a fabricação dos bens de consumo até então importados.

Com o estímulo ao processo de industrialização por parte do Estado, importaram-se equipamentos agrícolas, intensificando os latifúndios com o intuito de exportar mais.

O processo de urbanização implantado na década de 30 se fortalece com a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), pois é nessa época que a industrialização assume o caráter específico de substituição de importação, mas é nos anos cinquenta que tal processo se consolida: o capitalismo exige um mercado de consumo, força de trabalho e serviço de produção e reprodução, resultando em necessidades sociais e sobrevivência da população.

Também em 1950 acontecem as novas eleições, onde Vargas assume o poder com a campanha a favor da industrialização nacionalista, sem considerar os investimentos estrangeiros.

A classe trabalhadora se organiza para expressar suas reivindicações, e o governo Vargas, por outro lado, faz algumas concessões de duplo aspecto: as atividades sindicais sob o controle do Estado e a acomodação das tensões sociais.

No período de 1956 a 1960 consolida-se o processo de industrialização, impulsionado pela política do governo federal de entrada maciça do capital estrangeiro no setor manufatureiro. Desenvolveram-se nesta época a indústria automobilística, a indústria química, as indústrias de máquinas e ferramentas, as indústrias metalúrgica e algumas indústrias básicas, como petróleo, alumínio e chumbo.

Nesse governo também se dá a redução do índice de investimento, a queda da taxa de lucro, a diminuição na entrada de capital estrangeiro, o agravamento da inflação e, por decorrência a diminuição do poder aquisitivo do trabalhador.

De 1961 a 1964 essa crise se torna mais evidente, exigindo novos programas de desenvolvimento. Mas a crise política decorrente da situação econômica, com o avanço do processo de conscientização dos trabalhadores, é interrompida com o golpe militar de 1964.

No ano de 64, o objetivo da industrialização passa a ser a produção de bens sofisticados, com maior injeção de capital estrangeiro, elevando ainda mais para o país a dependência desse capital e, conseqüentemente, da importação da tecnologia estrangeira.

O modelo desenvolvimentista adotado desde então viabiliza o acúmulo de capital e a exploração da mão-de-obra, bem como o desengajamento, tanto da classe trabalhadora como da classe média, dos movimentos políticos existentes.

A partir da repressão militar e do modelo desenvolvimentista adotado e consolidado nos anos 70 com o chamado milagre econômico, adotando como base o desengajamento popular do processo decisório e medidas de caráter repressivo como: a lei antigreve, a intervenção nos sindicatos, AI 5 etc., excluindo da vida política trabalhadores e classe média.

O período ditatorial vigora até 1984, deixando como marca de seu sistema a população totalmente desmobilizada enquanto força política, pois a classe dominante do antigo

regime se utilizou de diversos aparatos coercitivos, ideológicos e por muitas vezes repressivos para desmobilizar os grupos populares, considerados uma ameaça para o equilíbrio e a ordem do sistema, como para a implantação do novo regime adotado e para a consolidação do capitalismo internacional.

Em 1980 uma crescente deterioração da situação sócio-econômica decorreu do ponto de vista de que, sanadas as finanças, os problemas sociais, o impasse econômico estaria resolvido.

Visualizamos nessa época um quadro de pauperização da classe trabalhadora nunca visto desde o início da industrialização, expresso por salários baixos, desemprego, mortalidade infantil etc., e principalmente pelo enorme crescimento dos bairros pobres e favelas. Daí a exclusão dos setores populares, por parte do governo central, nos processos decisórios como forma de assegurar o atual sistema econômico advindo do modelo capitalista, internacional.

Em 1984 o povo vai às ruas aspirando eleger seu presidente e dar fim à ditadura militar. Elegeram assim o regime democrático e, para acalmar o povo, houve a troca do regime militar pelo regime civil.

A mudança do presidente da República levou o Brasil a uma fase de transição política, econômica e social, dando ao povo a esperança de um futuro melhor. A nova fase foi denominada Nova República.

Alegou-se aqui que a solução para a escandalosa crise de miséria em que se encontra o país teria como solução o desenvolvimento econômico.

No entanto, a própria história do país prova que não é só o desenvolvimento econômico o responsável, pois de 1968 a 1974 o período do milagre, houve um avanço na luta contra a inflação, mas essa situação permaneceu através dos regimes autoritários e populistas. Outros fatores devem justificar essa crise permanente, como: doença, analfabetismo, miséria, arrocho salarial, desnutrição, fome, a escassez de terra para trabalhar, concentração de renda e falta de emprego.

Na Nova República o governo acredita contornar a situação com "mudanças democráticas" e tenta formar uma aliança democrática entre os partidos denominada "aliança democrática como forma de contra-revolução".

Tal aliança elegeu Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice. No entanto, meio desorientada devido à trágica morte de Tancredo Neves, o então presidente José Sarney apresentou como prioridade de seu governo a promoção do desenvolvimento econômico sem sacrifícios para o povo e o combate à miséria dentro da área social.

Para conseguir reorganizar a economia e obter apoio político, o presidente José Sarney realiza uma ousada reforma econômica denominada Plano Cruzado I, obtendo o apoio político e popular que não conseguira antes. (Enciclopédia Almanaque Abril, 1987:16)

Em seus discursos, o presidente convocava a população para ajudá-la na execução de uma das medidas da reforma que colocava como responsável pelo êxito ou pelo processo de tudo: o congelamento de preços.

O povo acreditou no plano, vislumbrou a possibilidade de melhores salários, melhores condições de vida, mas ficou

nisso, pois quase todos os aspectos do plano não deram certo. Faltaram produtos no mercado e a população, que antes o apoiava, começou a questioná-lo, ocorreram inúmeras greves no país por melhores condições salariais.

Preocupado em abafar as manifestações populares, o governo lançou mão de uma série de estratégias políticas e econômicas que desestruturaram o mercado interno e economia.

Mesmo assim, o Plano Cruzado levou o PMDB ao poder trazendo o Plano Cruzado II, responsável pela maior carga de impostos do país, com o intuito de refrear o consumo, pois a capacidade da demanda era maior que a capacidade de produção das indústrias. (Sarney tenta de novo, Veja, 1989)

Houve bastante descontentamento popular e ocorreram inúmeras greves e manifestações em todo o país; a polícia e os tanques de guerra foram utilizados para coagir os grevistas, o Estado tido como democrático utilizava práticas ditatoriais gerando uma crise política e social.

A crise conjuntural e financeira estava cada vez mais grave, a aceleração da inflação corroía os salários.

Em junho de 1987 o Ministro Luís Carlos Bresser Pereira lança o plano de ajuste macroeconômico conhecido como "Plano Bresser". (No Arrocho..., 1987)

Após um considerável período de implantação do Plano Bresser, a população continuava desconhecendo seus benefícios. O maior responsável pelo fracasso do plano, foi o próprio governo, pois, antes de implantá-lo elevou suas tarifas e deixou "vazar" o plano, permitindo que os preços

dos produtos fossem reajustados e que os salários ficassem congelados.

O país continuou buscando acertar sua economia mudando o ministro da Fazenda, mas o caos econômico continuava.

Em constantes tentativas para modificar o quadro da Nova República cria-se o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento que possui a como meta "tudo pelo social".

Com a concepção de desenvolvimento de que cabe ao setor privado o papel de destaque na retomada do crescimento, o Estado retorna às funções de prestação de serviços públicos essenciais às atividades produtivas estratégicas para o desenvolvimento nacional de longo prazo e complementares à iniciativa privada.

Para o Estado, compete ao governo redirecionar seu dispêndio, buscando o resgate da dívida social. Propõe repor nas áreas essenciais e para as populações mais carentes as perdas recentes resultantes de cortes no gasto social determinadas por desgastes conjunturais e ausência de orientação social, prioritária na política econômica do passado.

As propostas apareceram, mas as ações concretas e comprometidas com esse trabalho foram mínimas.

Nesse momento, um fato que marcou a Nova República foi a elaboração de uma nova Constituição, pois a vigente estava ultrapassada.

Em 01 de fevereiro de 1987 segundo consta no artigo da Revista Veja A Carta... (1988) foi instalado pelo Presidente do Senado Federal a 4ª Assembléia Nacional Constituinte, com o fim de elaborar uma nova Constituição, haja vista que aos

outras quatro havia sido outorgadas, sendo portanto impostas pelo governo.

A sociedade brasileira espera que a Carta Constitucional tenha como princípio: a existência da família e sua reprodução mesmo a das classes mais pobres; o trabalho operário, do movimento sindical, do trabalho agrícola, do menor, do indígena, do negro e da mulher, superando a carência e a frustração que tornam a miséria universal e a insegurança uma norma.

Percebemos que a implantação da Constituição da República pela classe burguesa formalizou um pacto social do novo regime democrático, naturalmente a seu favor, passando a ser submissa e controlada pelos poderes emanados do executivo, deixando de ser soberana, democrática, popular autônoma como era esperado, passando a ter um papel moderador na sua construção, tendo o poder de cooptação da classe dominante até mesmo nos movimentos dos sindicatos. Conservou a participação popular, restrita a uma minoria de parlamentares que defendiam os interesses da maioria da população.

Promulgada em 05 de setembro de 1988, a Constituição veio defender o interesse dos grupos dominantes e tentar avançar em alguns aspectos sociais para não demonstrar sua ineficácia.

Algumas questões importantes não atingiram o que a população esperava. É o que analisamos a seguir.

A política da Reforma Agrária acabou ficando pior do que se imaginava, pois a oligarquia brasileira insistiu em manter intocados milhões de quilômetros quadrados de terra

cultiváveis, demonstrando que a Reforma Agrária não passa de uma ficção.

A política de saúde adotada pelo governo da Nova República está sendo mais um instrumento de acumulação de capital que baseado nas práticas dos países desenvolvidos, escomoteando as inter-relações sociais, políticas e econômicas, de forma que se compreenda a saúde como forma de assistência médica na situação de doença e não na prevenção. Vista como mais um produto a ser vendido no mercado, passando a ter relação com aparelhos sofisticados, medicamentos caros, assistência médica especializada e não com as condições políticas e sociais do país, a saúde tratada como um grande negócio e não como um bem a que todos têm direito.

Diante do acima exposto, podemos perceber que os planos da Nova República e a elaboração da Nova Constituição não alcançaram os objetivos da população, como por exemplo: segurança, trabalho e saúde.

No dia 04 de novembro de 1988, véspera de completar um mês de vigência da Constituição, representantes dos empresários, governo e dos trabalhadores assinaram um pacto intitulado "pacto social", que procurou estabelecer uma base para a inflação devido ao desequilíbrio entre os preços, salários e aquecimento da temperatura nas relações entre capital e trabalho. (O que deu..., 1988)

A participação do governo no pacto social consistia principalmente em controlar o déficit público. Porém, desde a sua assinatura, os preços foram remarcados incessantemente, o que provocou grande descontrole na economia brasileira. Dessa forma, o responsável pela solução dos problemas da inflação

foi o empresariado, e o governo, com muita habilidade, conseguiu escapar de qualquer compromisso mais sério, omitindo-se nas questões decisivas da economia.

Em dezembro de 1988 as negociações perderam o ritmo por falta de apoio político, exatamente ao contrário dos países onde o pacto social deu certo, pois lá os partidos políticos assumiram o plano.

Terminou-se o ano de 1988 com uma inflação total de 933,62%, afetando por demais o bolso do brasileiro. Um fato importante é que a "economia informal", constituída por empresas em atividade sem registro em órgãos oficiais, não emitindo nota, não registrando empregado, e nem pagando impostos, tem um aumento considerável. (Promessas..., 1989)

Em janeiro de 1989 o presidente Sarney lançou o Plano Verão, cujas principais medidas foram:

- O corte de três zeros do desvalorizado cruzado;
- Extinção do URPC (Unidade de Referência de Preços ao Consumidor), vigorando em seu lugar o sistema de pré-fixação dos salários;
- Congelamento dos preços por 4 a 8 semanas (sem no entanto usar o termo congelamento pré-fixado os preços);
- Extinção da correção monetária e fixação da taxa cambial;
- Compromisso do governo em zerar o déficit público;
- As taxas de juros entre 13% a 15% reais ao mês, numa tentativa de manter os investimentos. (Sarney..., 1989)

A diferença entre esse plano e os outros adotados antes era a dita flexibilidade, que permitia o realinhamento dos

preços das mercadorias e serviços. No entanto, o salário foi outra vez "devorado" pelo aumento do custo de vida, fato que desencadeou muitas greves, dia após dia avançando por outros setores, sempre reivindicando reposição salarial. A falta de uma política salarial foi uma das causas responsáveis pelo fracasso do Plano Verão.

Nesse clima conturbado de greves foi que o povo, após 30 anos, preparou-se para eleger diretamente o seu presidente da República.

A campanha política foi marcada pela democracia, todos os candidatos, tanto de esquerda como de direita tiveram o mesmo espaço nos meios de comunicação para expor suas idéias.

Os últimos meses de José Sarney foram marcados pela desorganização econômica, com aumento do déficit público, descontrole dos preços e ameaça de hiperinflação, especulação nos ativos (ouro, dólar e ações e nas aplicações financeiras de curto prazo).

Em 17 de novembro de 1989 o povo elegeu Fernando Collor de Mello, com mais de 35 milhões de votos.

Na tentativa de contornar esses problemas, a equipe econômica de Collor, elaborou um conjunto de medidas constituindo o Plano Collor ou Plano Brasil Novo. (Enciclopédia Almanaque Abril, 1992)

Antes da sua adoção o presidente decretou feriado bancário dois dias antes de sua posse e foram fechados as instituições bancárias que só reabriram na semana seguinte. Neste meio tempo prepara-se a implementação do plano, justificável pelo governo como única alternativa viável para

evitar a hiperinflação e alterar radicalmente os hábitos dos agentes econômicos.

Algumas medidas do pacote:

- O governo estabeleceu um congelamento até o dia primeiro de abril. Até lá os comerciantes não poderiam aumentar os preços.

- Uma medida provisória estabeleceu punições para quem majorasse os preços ou cobrasse ágio.

- Os trabalhadores receberiam em março um ajuste de 72 a 78% referente à inflação de fevereiro, a partir do que os salários seriam reajustados segundo uma inflação pré-fixada. Se a inflação pré-fixada fosse menor que a inflação real, o trabalhador deveria negociar com o patrão a diferença; se concedida, essa diferença não poderia ser repassada para os preços.

- O Cruzeiro voltou a ser a nova moeda corrente, mas o Cruzado não desapareceu totalmente.

- As pessoas físicas e jurídicas poderiam sacar somente 50.000 cruzeiros de sua conta corrente. O excedente desse limite foi para o Banco Central, com promessa de ser devolvido em 18 meses com um reajuste de 6% ao ano.

- Os saques da caderneta de poupança também teriam o limite de 50.000 e os saldos superiores a 10.000 BTN (Bônus do Tesouro Nacional) pagaria um imposto de 20%.

- Das aplicações no overnight só poderiam ser retirados 25.000 ou 20% do total da aplicação.

- Aumento dos impostos sobre aplicações financeiras, bem como ganhos com ações, poupança, ouro. Os agricultores passaram a pagar imposto sobre seus lucros.

- Aumento das tarifas públicas: combustíveis 75%, energia elétrica 32%, telefone 32%, serviços de correio 72%.
- Corte da maioria dos incentivos fiscais.
- Privatização de várias estatais.

O presidente Fernando Collor não honrou o seu discurso de campanha política ao tocar na caderneta de poupança e nas contas correntes com o pretexto de que somente 10% da população tinham mais que a quantia da medida, na suas contas bancárias. O governo pretendia zerar a inflação e enxugar a liquidez do mercado.

As pessoas mais atingidas com esse pacote foram os trabalhadores, pois pouco antes de anunciar o pacote, "vazou" a informação e grandes quantias puderam ser retiradas.

O salário mínimo do mês de abril foi o menor em termos de compra desde que foi criado em 1940. Aconteceu um número muito alto de desemprego. Os patrões, que ficaram com o seu dinheiro bloqueado, alegaram não ter como pagar o salário de seus empregados. Os trabalhadores da construção civil foram os empregados mais prejudicados. (Enciclopédia Almanaque Abril, 1992)

Em decorrência do nível de desemprego altíssimo, ocorreram problemas de ordem social como: fome, doença e violência.

Logo após a implantação plano há uma queda drástica na produção e após um ano de vigência constata-se sua inoperância para debelar a inflação.

Novo conjunto de medidas de correção da política econômica, baixada em 31/01/1991, busca os mesmos objetivos

anteriores: forçar o ajuste das contas públicas, conter a inflação, desindexar a economia e acelerar o processo de abertura econômica, com o objetivo de acabar com a correção monetária. Abaixo citaremos algumas medidas, segundo Enciclopédia Almanaque Abril (1992).

- Objetivando acabar com a correção monetária, o pacote determina o fim das operações de overnight e cria o FAF, (Fundo de Aplicação Física) responsável pelas operações de curto prazo.

- Extingue o BTNF e em seu lugar cria a TRD com juros pré-fixados.

- Para reduzir o déficit público amplia o imposto sobre aplicações financeiras;

- Cria o FDS (Fundo de Desenvolvimento Social) para financiar projetos de investimento de cunho social e os TDE para os projetos de empresa privada visando incentivar a retomada de investimentos produtivos.

- O governo determina uma política de juros altos e a indexação da economia, com novo congelamento de preços e salários com data base em 30/01/1991.

- Visando incentivar a concorrência no setor industrial dá início ao cronograma de redução das tarifas de importação.

Os resultados desse plano não foram os esperados e a inflação não chega a ser debelado.

Em 13/10/1990 ocorrem as eleições para governadores e representantes do legislativo, tanto no âmbito federal como no estadual. Num cenário de demissões, a ministra da

economia Zélia Cardoso de Mello que pede exoneração do cargo em 8/5/1991.

Corrupção: o governo Collor foi marcado por grandes escândalos.

LBA - O deputado José Dirceu requer em 8/8/1991 a instalação de uma CPI para apurar denúncias de corrupção e desvio de verbas da entidade dirigida pela 1ª Dama Rosane Collor, e emite em 2 de setembro de 1991 os relatórios revelando que entre março de 1990 e setembro de 1991 cerca de 2,9 bilhões foram liberados para Alagoas, onde quais mais de 60% foram para empresas fantasmas e parentes da 1ª Dama. Em 12 de dezembro é incluído na lista das sociedades de criminosos por desvio de dinheiro o nome de dona Rosane Collor.

Na saúde foram descobertas inúmeros projetos que visavam desvio de verbas, várias compras feitas com preço superfaturados. Em decorrência, vários projetos são cancelados.

A previdência foi investigada e constatou-se uma lista com 315 aposentados que recebiam mais de cinquenta salários mínimos. Pressionado pela imprensa e pela opinião pública, Collor nomeia Wolney de Abreu para investigar essas irregularidades.

Em 8/5/1990 Collor dá o prazo de 60 dias para a demissão de 359 servidores públicos federais. (Enciclopédia Almanaque Abril, 1992:37)

O processo de "impeachment" do presidente Fernando Collor de Mello constitui fato sem paralelo, inédito no Brasil e sem conhecimentos de precedente mundial.

Denunciado pelo próprio irmão, Pedro Collor, o presidente brasileiro sofre a humilhação de ser afastado do cargo, muito embora tenha renunciado pouco depois do início do julgamento. Collor perde o mandato e o direito de se candidatar a qualquer cargo público até o ano 2000.

Ao longo do processo de "impeachment" o ambiente político nacional cresce em dignidade, o Congresso readquire o respeito, o Judiciário atua com autonomia incomum, sobretudo a participação popular consagra um exercício inequívoco de soberania diante de representantes que, uma vez instalados no poder, guardam a tradição de ignorar os representados.

A rigor as revelações de Pedro Collor contra o irmão e o empresário Paulo César Farias não eram novidade. A parcela mais bem informado da população já conhecia as relações escusas que ligavam o presidente a seu ex-tesoureiro de campanha.

Mas as acusações foram de tal impacto que não deixou alternativa aos políticos, que tiveram de investigar.

Numa tentativa de neutralizar as acusações ao presidente, ou de reduzir-lhe a importância, chegou-se até a invocar a insanidade mental da denunciante, operação arquitetada no interior do Planalto.

A investigação levou os parlamentares a levantar a quantia de US\$ 260 milhões movimentados pelo esquema Collor - PC Farias, a título de despesas pessoais do presidente. Calcula-se que esta quantia é cerca de 30% dos recursos realmente manipulados por Collor e PC Farias.

Sabemos que a corrupção, em qualquer nível de administração pública, não foi inaugurada com o Collor - PC, nem é privilegiado Brasil, mas eles se sentiam tão seguros que exorbitaram.

Em alguns casos as comissões exigidas e empreitadas e prestadoras de qualquer serviço em fornecedores do governo foram tão astronômicas que viabilizavam a obtenção de lucros excepcionais ao pagador da propina. Em outros casos, a excessiva concentração de favorecimentos elimina empresas menores da distribuição de recursos estatais, o que gera protesto de entidades como a Câmara Brasileira de Construção Civil, pela primeira vez protestando contra a atuação do executivo.

A conjunção de fracasso administrativo com a volúpia delinqüente e a vigência de determinados contrapesos democráticos não bastam para elucidar a atuação de Fernando Collor.

Após uma série de investigações e tomada de depoimentos, a CPI experimenta um período de hibernação; as denúncias proliferam mas faltam provas materiais do envolvimento de Collor. Ocorrem várias pressões governistas para que os trabalhos sigam como num ritual costumeiro, onde se levantam suspeitas sobre o empresário PC Farias, isentado Collor de responsabilidades.

É a que quando o ausente - o povo - resolve intervir e selar o curso dos acontecimentos.

As revelações do motorista particular de Paulo Cezar Farias França em entrevista dá revista "Isto É" provam que

as transações entre Collor e PC Farias permaneciam, através de consideráveis depósitos nas contas de Collor.

As denúncias alegavam que as verbas exageradas para as despesas pessoais de Collor eram custeadas com o desvio de verbas públicas, e não como alegava Collor, que suas despesas eram asseguradas por um empréstimo feito durante a época de campanha junto a empresários do Uruguai.

Quando o secretário de Collor foi depor, ocorreram até gargalhadas durante o seu discurso, mas o depoente continuou sustentando a mentira sobre o empréstimo.

Collor faz apelos ao povo que se manifesta seu favor, indo às ruas portando as cores verde amarelo.

Mas, contrariando a sua pretensão, esse dia entra para a história como o dia do luto nacional, com pessoas nas ruas espontaneamente vestidas de preto ou usando adornos pretos, numa demonstração de inconformismo diante do presidente e da letargia que retarda a CPI. Em todas as capitais havia protestos contra a corrupção pela ética, a favor do impeachment de Collor. Jamais um governo brasileiro foi alvo de um repúdio coletivo de tal dimensão.

Após o movimento do domingo de luto, secundaristas e universitários tomam a frente do movimento em passeatas com faixas de críticas ao presidente e seus colaboradores diretos.

Daí para frente surgem manifestações que crescem em volume e expressão, envolvendo pessoas de partidos, ideologias e classes diferentes.

Essas manifestações fizeram vários parlamentares, governos e entidades que se diziam neutros unir-se à opinião do povo pela aprovação do impeachment.

Em 29 de setembro, 441 deputados votam a favor do impeachment do presidente Collor, 38 se colocam contra e houve uma abstenção de 23 ausentes.

Collor é acusado de contrariar os princípios da Constituição, de agir de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo de chefe de Estado e também porque não zelou pela boa vontade e bons costumes do país.

Exatamente no dia 2 de outubro de 1992, 932 dias após assumir o cargo de presidente da República, Fernando Collor de Mello recebe notificação de seu afastamento, deixa o Planalto para esperar o dia de seu julgamento.

Não conseguindo frustrar o julgamento, Collor renuncia em 29 de dezembro de 1992, 1020 dias após sua posse e 88 após ser afastado do governo. (Enciclopédia Almanaque Abril, 1992)

Collor objetivava com isto passar de réu à condição de vítima, para parar as investigações e garantir seus direitos políticos, mas não teve sucesso, pois é aprovado o impeachment e Collor perde os seus direitos políticos que são cassados por 8 anos na madrugada do dia 29 de dezembro de 1992.

Compreendemos a derrota de Collor como a abertura de um período político de combate à corrupção. Mas os empresários que participaram da corrupção saem do embate como vítimas, sendo poupados de indiciamento criminal, o que lança no ar uma suspeita de que uma das formas mais tradicionais de corrupção na administração pública brasileira não será de

todo extinta: o pagamento de comissões a autoridades e funcionários públicos gaúchos, por empreiteiras e fornecedores de órgãos governamentais.

"A cultura empresarial brasileira está acostumada a encarar o Estado como uma tábua de salvação, fonte inesgotável de recursos e atalhos para o lucro fácil e abundante". (Almanaque Abril, 92/93, v. 11)

A contribuição mais importante do processo de impeachment é de colocar a população ao alcance dos mecanismos que movimentam a máquina do Estado brasileiro. É concretizar a democracia.

Assume o governo o vice Presidente da República, o senador mineiro de Juiz de Fora, Itamar Franco.

Dentro deste contexto de recessão nacional desenvolveram-se as principais políticas sociais de atendimento as crianças e adolescentes.

1.2 - Política Social de Atendimento a Infância e a Juventude no Brasil

As distorções do meio social variam conforme a época em que ocorrem a leis, as forças que o regem politicamente, a posição que desfruta, o grau de instrução e educação dos que o compõem e o teor de autenticidade a que chegou a sua

formação moral e cívica. E sem dúvida as primeiras vítimas dessas distorções são as crianças e adolescentes.

Da chegada dos colonizadores até o início do século não se tem registro, no corpo brasileiro, da presença de ações que possam ser caracterizadas como política social.

Durante o período colonial e no primeiro e segundo império, não tivemos no país instituições públicas que atendessem sequer à infância desvalida. Essa tarefa coube primeiro às igrejas, santas casas de misericórdia, irmandades, congregações, confrarias, as quais formavam um conjunto de obras que durante os quatro primeiros séculos de nossa história enfrentavam a "questão dos abandonados", isto é, idosos, viúvas, doentes, pobres e menores.

Na República Velha predomina a mentalidade de que problema social era caso de polícia. Os pobres, viúvas, doentes, idosos e menores eram atendidos por iniciativas particulares como a roda, os asilos dos expostos roda, os hospitais psiquiátricos, para os excepcionais, cela para os delinquentes e abrigo para os inadaptados.

Em 12 de outubro de 1927 o Brasil cria o seu primeiro Código de Menores elaborado por Mello Matos, um juiz de direito da capital da República. Foi o primeiro a da América Latina, vigorando por meio século.

Nos anos 40 observou-se a formação de uma nova consciência a respeito da problemática do menor. Passou-se a ver os problemas de caso de polícia como problemas sociais, fazendo com que o atendimento deixasse de ser feito com uma mentalidade correcional repressiva.

O que levou a sociedade a preocupar-se com o menor não foi a condição de miséria em que vivem muitas crianças e adolescentes, nem seu ingresso prematuro no mercado de trabalho, mas foi quando eles começaram a transgredir as normas sociais estabelecidas, fazendo com que a institucionalização da assistência ao menor se fosse mais uma medida de proteção da sociedade do que da própria criança.

Desta forma, o atendimento à criança e ao adolescente tinha como objetivo: corrigir, regenerar, reformar pela reeducação para ao final devolvê-lo ao meio social.

Em 1941 o Instituto 7 de Setembro é substituído pelo SAM pelo Decreto Lei nº 3779. O SAM (Serviço de Amparo e Assistência ao Menor) tinha a função de prestar amparo social aos menores desvalidos e infratores em todo o território nacional e equivalia a um sistema penitenciário para a população dos menores de idade. Mas o SAM não conseguiu cumprir sua finalidade, a sua estrutura emperrada e sem autonomia, o seu sistema correcional repressivo, sem flexibilidade, com métodos inadequados de atendimento, onde faltava o mínimo de compreensão e amor, geravam a revolta dos que deveriam ser amparados e orientados. Era preciso fazer algo para reverter essa situação.

Em 1946 a nova Constituição, enchendo-se de inspiração mudanças, liberal, inaugura mudanças, mas a estrutura do Estado continua intocável. Passam a existir duas tendências na sociedade: a primeira de aprofundar as conquistas sociais do período anterior em relação à população de baixa renda, a segunda de frear e manter sob controle da burocracia estatal

a tendência à mobilização e à organização que surge no meio da população empobrecida.

Devido a este contraste de idéias entre os conservadores e os reformistas, o país passou por um período de constante adiar de decisões básicas para a consolidação da política social do Estado brasileiro. Ex.: a Lei de Diretrizes e Básicas do Ensino tramitou no Congresso por 13 anos.

De 1946 até 1964, sob o regime da ditadura militar, não se fala mais em política social como um meio em si, mas como meio para atingir finalidades.

Em 1964, a Lei nº 4513 cria a FUNABEM em nível federal e a FEBEM em nível estadual. Com a FUNABEM o enfoque correcional-repressivo é substituído pelo assistencialista. A criança é vista agora como carente, com direito a saúde, proteção e profissionalização. (Costa, 1991)

Embora propondo-se substituir as práticas correcionais repressivas do antigo SAM, a FUNABEM acabou sucumbindo a elas, pois herdou sua antecessora prédios, equipamentos, materiais e sobretudo seus recursos humanos. Herdou, e com portanto, toda a cultura sedimentada ao longo de anos passados.

No final dos anos 70, com o início do processo de abertura democrática, surge entre os trabalhadores e educadores da área um movimento, progressista, que nasce da experiência de atendimentos alternativos como o MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua) e a Pastoral do Menor. Ambos são entidades não-governamentais.

Esses movimentos de educação progressista deixavam de ver o menino como um ser incompleto e incapaz e passa a

percebê-lo como sujeito de sua história e da história de seu povo. Agora se pergunta: o que ele é?, o que ele sabe?, do que ele é capaz? No entanto, esse enfoque sempre competiu com o enfoque anterior.

"... O ciclo apreensão/triagem/rotulação e confinamento começa a ser conhecido tanto pela perversidade de suas práticas como pela ineficácia de seus resultados. Convencidos da inadequação da proposta que vinha sendo implementada até então, os dirigentes da FUNABEM optam pelo trabalho com as crianças e adolescentes em situação de lixo pessoal e social".
(Costa, 1991:20)

Várias são as evidências que comprovam, na década de 70, o surgimento de um movimento social entre a população de baixa renda.

Ao lado das antigas associações de amigos de bairro surgem novas associações de moradores, independente e combativas, desatreladas dos patrocinadores convencionais desse tipo de iniciativa.

Nos anos 80, os novos avanços das percepções sobre os meninos(as) em situação difícil permitiram uma visão de que por trás dos menino(as) de rua encontra-se uma periferia urbana onde milhares de famílias subsistem sem condições mínimas de bem-estar e de dignidade. Indo mais além por trás da realidade das periferias, vamos encontrar zonas rurais pauperizadas, numa realidade que acaba por expulsar milhões

de famílias do campo em direção às regiões metropolitanas e às grandes e médias cidades.

Esta nova visão dos fatos leva a uma abordagem inovadora da questão do atendimento aos direitos da criança e da juventude. Foram estes sentimentos e percepções que levaram um grupo de técnicos do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência) e da FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor) SAS (Secretaria de Ação Social) do Ministério da Previdência e Assistência Social a dar início ao projeto alternativo de atendimento aos meninos(as) de rua.

Após a transição democrática, a eleição para governadores em 82, "Diretas Já", etc., instaurou-se a Nova República e seus planos econômicos, alterando substancialmente a tônica das políticas sociais: não mais se reprimiam os movimentos sociais, ao contrário, buscava-se a sua integração.

A negociação passou a ser a diretriz geral, embora os movimentos não fossem homogêneos, pois a rearticulação político-partidária fez aparecer a diferença entre eles, fazendo com que alguns movimentos desaparecessem e outros se institucionalizassem.

No início de 1983 havia grande temor em intervir na dinâmica dos grupos sociais. Tinha-se de ouvir o povo. A situação era de tensão com a crise do desemprego, saques e invasões; os movimentos sociais, porém, careciam de suporte metodológico, ficando na denúncia, na reivindicação.

O período de 1982 a 1984 ficou marcado por um clima de criatividade institucional, levando um grupo de assistentes

sociais, pedagogos, psicólogos e nutricionistas e outros profissionais da área a desenvolver uma estratégia de ensino que permitisse a reflexão conjunta e aprofundada do grupo de profissionais envolvidos na experiência de atendimento alternativo aos meninos e meninas de rua.

Esse grupo, denominado semitágios, hibridismo de seminários com estágio produziu oficinas, encontros, reuniões, produções de cartilhas e vídeos sobre crianças e adolescentes de rua. Desse movimento dois produtos emergiram:

- O primeiro: patrimônio e idéias e experiências capazes de serem usados tanto para a geração de novos programas de atendimento como para a melhoria de programas existentes.

- O segundo foi a formação de um grupo de lideranças emergentes existentes, conhecidas e reconhecidas em escala nacional, representante do que havia de melhor em termos de compromisso e de competência real nas atividades junto aos meninos(as) de rua e em suas comunidades de origem.

Em 1984 o movimento alternativo de meninos(as) de rua se organizou politicamente formando comissões locais, depois as comissões estaduais, elegendo em assembléia geral, nos dias 8, 9 e 10 de agosto de 1985, a coordenação nacional de meninos(as) de rua que foi o evento mais importante desse período.

Também no ano de 1985 foram incluídos na Constituição Brasileira os artigos 227º e 228º, adotando a terminologia criança em lugar do termo menor. (Costa, 1991)

No ano de 1986 realizou-se em Brasília o I Encontro Nacional de Meninos(as) de Rua, que colocou em evidência perante o país inteiro a identidade política progressiva do

movimento nacional. O grau de consciência política demonstrado pelas crianças nos debates surpreendia os observadores mais cépticos.

Os temas discutidos nesse I Encontro estavam nas linhas de saúde, educação, família, trabalho, sexualidade, direitos e outros. A violência estava sempre presente em todos os debates. Violência nas ruas, na política, na justiça, nas instituições de bem estar do menor.

Denunciavam também a violência da falta de terra, de salário digno para o país, de trabalho, de habitação, de escola, de programa de capacitação para o trabalho e de condições dignas de cultura, esporte lazer e recreação.

O nível de maturidade e organização do encontro, convenceu os que acompanhavam as crianças de que era chegado o momento de iniciar as lutas pelos direitos das crianças e dos adolescentes, no campo dos direitos. A convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte configurava um momento e uma oportunidade única de pôr em prática o Estado de direito a favor das crianças e adolescentes do Brasil na Carta Constitucional.

Os movimentos engajados nessa luta eram inúmeros, com identidade, ideologia e composição social as mais diversas, destacando-se:

- A Frente Nacional de Defesa da Criança e Adolescente;
- A Pastoral do Menor da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil);
- O MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua);
- A Comissão Nacional: Criança e Constituinte.

A Comissão Nacional: A criança e a Constituinte realizou um amplo processo de sensibilização, conscientização e mobilização da opinião pública e das constituintes, através dos debates, encontros em ampla de mensagens, nos meios de comunicação, abordagens pessoais dos parlamentares constituintes, através de eventos que envolviam milhares de crianças em frente ao Congresso Nacional, distribuição de panfletos, carta de reivindicação contendo mais de 1,4 milhão de assinaturas de crianças e adolescentes, exigindo dos parlamentares constituintes a introdução de seus direitos na Nova Carta.

A iniciativa privada, sensibilizada, também participou desse esforço, cedendo espaço em TV, rádio e jornal.

Também foram apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte duas emendas de iniciativa popular, subscritas por mais de duzentos mil eleitores, cujos textos foram fundidos e acabaram entrando no corpo da Constituição com a expressiva maioria de 435 votos a favor e apenas 08 contra.

Em 1988 foi comprovado que todos os esforços valeram a pena, pois no dia 5 de outubro é incorporado na Constituição Brasileira o artigo 227 onde se lê:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de

colocá-los a salvo de toda negligência discriminação, crueldade e opressão". (Realidade, Criança e Adolescente no Brasil, 07)

1.3 - Impactos sobre a Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente

Após essa vitória, urgia elaborar a lei ordinária que revogasse a velha legislação do período autoritário. Nesse momento, a articulação das entidades não-governamentais de defesa da criança e do adolescente, dos Fóruns - DCA (Fórum Nacional Permanente de Entidades não-Governamentais de Crianças e Adolescentes) veio fortalecer os movimentos sociais que lutam pela defesa da criança e do adolescente.

Inúmeros encontros, seminários, congressos, reuniões, jornadas foram realizados em todo o país; centenas de manifestações contendo subsídios para ajudar na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente chegaram ao grupo de redação e foram considerados na elaboração do Estatuto que foi apresentado a um só tempo nas duas casas do Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Três forças se uniram em torno da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente:

1) O mundo jurídico, representado por juízes, promotores de justiça, advogados.

2) políticas públicas, representadas por assessores progressistas da FUNABEN e por dirigentes técnicos dos órgãos estaduais reunidos no FONACRIAD - Fórum Nacional de

Dirigentes das Políticas Estaduais para a Criança e o Adolescente;

3) O movimento social, representado pelo FORUM-DCA e por considerável grupo de entidades não-governamentais que manifestaram apoio, solidariedade e incentivo durante a campanha, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria), e a ABRINA (Associação dos Fabricantes de Brinquedo), que representou o mundo empresarial.

O mais importante foi o movimento social, pois liderou e uniu os demais protagonistas em torno de suas estratégias de trabalho que se baseavam em três pontos:

- a) mudança no panorama legal;
- b) reordenamento institucional;
- c) melhoria das formas de atenção direta.

No ano de 1990 o presidente da República Fernando Collor de Mello extinguiu a FUNABEN (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor) e criou em seu lugar a CBIA (Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência).

Também nesse ano foi aprovado o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), sancionado pelo Presidente da República e transformada Lei nº 8069, em 13 de julho de 1990, passando a vigorar em 14 de outubro do mesmo ano. (Costa, 1989)

Em 04 de abril de 1991 o presidente Fernando Collor assinou o projeto de lei referente à criação do CONANDA (Conselho Nacional da Criança e do Adolescente) pela Lei nº 8069/90. (Costa, 1989)

Principais resultados do Estatuto da Criança e do Adolescente:

No Panorama Legal:

a) Foram instituídos os artigos 204 e 227 na Constituição Federal, via emenda popular.

b) A introdução de dispositivos específicos em favor da criança e do adolescente, via emenda popular, em 18 das 26 unidades federais brasileiras.

c) A introdução dos dispositivos criando conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente na Lei Orgânica de centenas de municípios em todas as regiões do país.

d) A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em lei que conta com 267 artigos e que equivale a uma Constituição da Criança e do Adolescente no Brasil.

No reordenamento institucional ocorreu:

- A extinção da FUNABEN, que foi substituída pelo CBIA (Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência), cuja função institucional é de apoiar a implantação do ECA em todo país.

- Criaram-se nos estados e municípios instâncias, colegiados (Conselhos, fóruns e frentes) voltados para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

- Início do processo de desmontagem e revisão das práticas de instituição das antigas FEBEMs.

Na área de atenção direta:

- Foram implantados serviços de assistência médica, psicossocial e jurídica a crianças e adolescentes vitimizados;

- Foram fechados diversos internatos, substituindo-os, em sua maioria, por outras formas de atendimento.

- Foram implantados plantões de atendimentos integrados entre as áreas de segurança, justiça e bem-estar social.

- Foram criadas várias coordenadorias do Ministério Público na área da infância e da juventude por diversos estados, membros da federação.

- Articulação entre as Polícias Militares de todo o país, no sentido de aprimorar as técnicas de ação de policiamento ostensivo e da padronização de procedimentos para a incorporação do Estatuto à ação policial.

- Início de montagem de um sistema nacional de capacitação a distância na área das crianças e jovens em circunstâncias especialmente difíceis, com tendência a expandir-se para outras áreas de política social.

Além de introduzir mudanças de conteúdo, métodos e gestão, o ECA reorganiza o campo das políticas públicas, agrupando-as e hierarquizando-as, dividindo-as em:

a) Política social básica;

b) Políticas assistenciais;

c) Programa de proteção especial para as crianças e jovens em circunstâncias especialmente difíceis.

1.4 - Impacto dos Movimentos e Entidades Não-governamentais

No final da década de 70 o Brasil contava apenas com programas de atenção direta. Hoje os programas e ações não governamentais diversificaram-se e alcançaram patamares mais elevados de complexidade e organização, onde se encontram as seguintes modalidades:

- a) programas que atuam através da atenção direta a determinado número de crianças e adolescentes;
- b) programas que além do atendimento se dedicam também a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- c) programas que se dedicam a defesa de direitos;
- d) redes de programas que se dedicam a atuação direta;
- e) redes de programas que se dedicam a promoção e defesa dos direitos.

Políticas Públicas:

Essas também foram afetadas, gerando as seguintes situações:

- Algumas FEBENS (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor) chegaram ao final da década com os mesmos padrões de estrutura e funcionamento do início dos anos oitenta.

- A maioria das FEBENS diferenciou suas linhas de atenção introduzindo, ao lado dos programas convencionais, ações do tipo novo, como educação de rua, assistência jurídica ao educando e serviços do tipo SOS Criança.

- Em número pequeno de estados a FEBEM ou órgão congênere foi extinto, e em seu lugar, mesmo antes da

vigência do Estatuto, foi criada uma organização do tipo novo.

- A Secretaria do Estado de São Paulo, que trabalha junto à FEBEM com o Estatuto, está levando sua clientela a ser assimilada por uma rede de programas e ações do tipo novo.

Impacto sobre a sociedade:

No Rio de Janeiro, o juiz Liborni Siqueira decidiu a prisão indiscriminada, pela polícia, das crianças e o adolescentes pobres que se encontrassem nas ruas, o que encontrou uma reação, a princípio espontâneo e depois organizado, dos mais diversos segmentos da sociedade do Rio de Janeiro.

As entidades de promoção e defesa dos direitos fizeram protestos, vigílias e várias manifestações. Entraram com denúncia, recursos e pedidos de habeas corpus na Justiça e mobilizaram parlamentares e a opinião pública contra a atitude arbitrária do juiz do Rio de Janeiro.

Como consequência das manifestações, a imprensa deu ênfase à nova postura do Estado e o juiz foi mandado embora do campo governamental pelos órgãos públicos: Defensoria pública, FEEM (Fundação Estadual de Educação do Menor) e o Ministério Público, todos se manifestaram contra a sua ação.

Aqui o ECA mostrou-se capaz de vigir mesmo antes de sua aprovação pelo Congresso e sanção pelo presidente da República.

CAPÍTULO II

O SERVIÇO SOCIAL E O ATENDIMENTO DIRETO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA CASA DA CRIANÇA

2.1 - Breve Histórico da Comunidade do Morro da Penitenciária

Em 1957 uma mulher que residia no município de Campo Belo do Sul vem para Florianópolis, para acompanhar o seu marido, que fora transferido da cadeia pública de Lages para a penitenciária de Florianópolis. Diante da dificuldade de encontrar um terreno para morar, os funcionários da Penitenciária sugeriam que ela fosse morar na pedreira, localizada atrás do morro da penitenciária, pois aquele local era considerado terra de ninguém, ou seja, não se conheciam os proprietários.

Havia uma grande oferta de emprego na construção civil fazendo com que essa moradora trouxesse para cá parentes e amigos. Como estes foram surgindo outros imigrantes, provenientes em sua maioria de Lages, Chapecó, Rio Grande do Sul, Curitiba e Canoinhas. Alguns desses imigrantes vem para Florianópolis com a intenção de ficar perto de seus parentes presos na penitenciária de Florianópolis, outros

devido à política agrária adotada pelo governo que privilegia o grande capital em detrimento do pequeno agricultor, que não recebe nenhum tipo de incentivo para continuar a viver no campo, que acaba vendendo o pouco que possui, e vindo para a cidade em busca de melhores condições de vida.

O agrupamento destas pessoas na cidade forma comunidades sem a mínima infra-estrutura, o que é o caso da comunidade do Morro da Penitenciária, localizado ao final da Rua Álvaro de Carvalho, no Bairro da Trindade, próximo à Penitenciária Estadual.

O Morro da Penitenciária é bastante acidentado, com trechos de difícil acesso, áreas de deslizamento, o esgoto corre a céu aberto em valas que fluem por debaixo e entre os casebres, provocando além do mau cheiro, várias doenças, predominando a verminose. A comunidade não possui fornecimento de água constante, fazendo com que algumas crianças fiquem sujas, com feridas pelo corpo e na cabeça devido à falta de higiene provocada pela escassez de água. A creche, o hospital, a escola, a mercearia e outros estabelecimento fundamentais ao desenvolvimento de uma comunidade ficam afastados do espaço do Morro da Penitenciária, fazendo com que esta se sinta cada vez mais excluída da sociedade.

As moradias do Morro da Penitenciária são construídas através da auto-construção ilegal em forma de barracos. Única maneira de suprir a sua necessidade de moradia, as casas possuem no máximo 2 cômodos, sendo as famílias constituídas em média de 3 a 12 membros. É comum as famílias recém-imigradas, no processo do êxodo rural,

instalarem-se na casa dos parentes que aqui já residiam, o que torna as condições de moradia ainda mais precárias.

O Serviço Social na Comunidade do Morro da Penitenciária:

→ O Serviço Social inicia seu trabalho no Morro da Penitenciária em 1983, quando as estagiárias da ação social da Paróquia da Trindade que acompanhavam um grupo de jovens, juntamente com o Frei C. F., tiveram interesse em iniciar um trabalho junto à comunidade, tornando, através de vários acordos com a UFSC, a Paróquia da Trindade um Campo de Estágio.

FLDA
MÁRCIA
EDALEIA
(PATÁLIA)

O Frei e as estagiárias passaram a atuar no Morro da Penitenciária promovendo novenas de Natal, preparação para a Páscoa e cursos bíblicos, voltados para o esclarecimento dos sacramentos com vistas a um aprofundamento religioso. Esse trabalho contou com a ajuda do Frei Luis Witiuk, que concordava com a proposta na perspectiva de levar a população a usufruir dos bens sociais.

Desde os primeiros contatos mantidos com a comunidade do Morro da Penitenciária, o Serviço Social preocupou-se em fazer um levantamento dos problemas mais emergentes na comunidade, entre os quais destacaram-se:

- a necessidade de construir uma capela;
- a falta de água;
- problemas decorrentes da falta de saneamento básico.

Objetivando resolver os problemas, foram formadas duas comissões uma para a construção da capela e a comissão da água.

A comissão da capela justificou a sua construção para a realização dos encontros, pois além de as casas serem pequenas e precárias, ainda são bastante agrupadas, provocando diversas divergências entre os vizinhos. A capela seria um local neutro para os encontros.

As primeiras reuniões realizadas na primeira quinzena de março de 1984 destinaram-se à procura de um terreno para a construção da capela. Na segunda quinzena ficou resolvido que a capela seria construída numa área desativada próxima à escadaria. Iniciou-se, aos fins de semana, um multirão para o planejamento da área e a construção da vala para a fundação do concreto. No mês de abril a comissão reuniu-se todos os fins de semanas para planejar uma festa com o objetivo de arrecadar fundos para a compra do material necessário para a construção da capela. Ao fim do mês de abril o Frei C.F. recebe em seu nome uma ordem de embargo da obra, enquanto o Frei L.W. é intimado a comparecer no 5º Distrito Policial, pois um homem, dizendo-se dono do terreno, queixou-se da invasão indevida de sua propriedade. Conhecedora do nome do suposto proprietário do terreno, a comissão da capela do Morro da Penitenciária procurou no cartório de imóveis o registro do terreno, recebendo certidão negativa de registro que foi apresentada à comunidade. Amparados pelo documento, mesmo com a obra embargada prosseguiram com o multirão dos fins de semana para a construção da capela. O homem que se dizia dono do terreno nunca mais apareceu. A capela foi

inaugurada em 24 de junho de 1984, servindo de local para encontros, celebração de missa, batizados, primeira comunhão, novenas e outros eventos de natureza religiosa e leiga.

A comissão da água iniciou suas reuniões na última quinzena de abril. Os moradores estavam descontentes pois os encanamentos já estavam prontos desde 1983 e a água não chegava embora todos os talões de pagamento emitidos pela CASAN (Companhia Catarinense de Água e Saneamento) estivessem pontualmente quitados. Os moradores se revoltaram com a situação. A primeira proposta levantada pelo grupo foi a elaboração de um abaixo-assinado, à CASAN onde foram anexados os talões de água. Foi entregue ao responsável pela Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN) um documento com as assinaturas, os talões de água dos moradores e mais uma carta transmitindo à Direção da CASAN as razões de angústia daqueles moradores, que pode ser resumida nos seguintes itens:

- Muitas crianças doentes com feridas pelo corpo, desidratadas, em decorrência da pouca higiene causada pela escassez da água.

- Vários dias sem água, e quando vem é de madrugada e os moradores não possuem caixa d'água para estocá-la.

- Para finalização colocaram no documento que os moradores se recusariam a pagar os talões de água caso persistisse aquela situação.

Foram feitos vários encontros na comunidade, dos quais participavam as estagiárias de Serviço Social, assim também como várias visitas à CASAN, e convidaram o seu engenheiro para conhecer a comunidade do Morro da Penitenciária. Com a visita deste a água apareceu por alguns dias vindo a faltar

logo em seguida. Com a falta da água, iniciaram-se novamente os encontros do grupo da comissão da água, os quais resolveram fazer uma reclamação pública. Para tal os moradores chamaram o engenheiro e a televisão. Tal ato realizou-se em 5 de abril de 1984, com a presença de dois engenheiros da CASAN, o jornal O Estado e duas emissoras de televisão. Compareceram ao local cerca de 40 pessoas, pois o ato ocorreu no fim da tarde e muitos moradores estavam trabalhando, e portanto impedidos de comparecer ao protesto.

Toda a movimentação provocada pelos meios de comunicação fez com que a opinião pública se dirigisse a comunidade fazendo com que o Diretor de Operação da CASAN explicasse publicamente a ineficácia do sistema de abastecimento implantado. O resultado foi que finalmente a água tornou-se uma constante na torneira dos moradores do Morro da Penitenciária.

Essa movimentação de comunidade por iniciativa da comissão da água fez com que os moradores se sentissem mais fortalecidos para prosseguir na defesa dos seus direitos de saneamento básico. Com a segurança que sentiram no grupo os moradores levantaram o problema do esgoto e a necessidade de obter uma solução. Para tal foram feitas várias reuniões com a LADESC e com o DSP (Departamento de Saúde Pública). Os moradores queriam a solução do problema, mas a LADESC e o DSP queriam apenas ceder o material e alguns funcionários para orientar os moradores na construção das fossas sépticas na promessa de que assim seria mais fácil a ligação e a construção da rede de esgoto. São formados grupos de famílias

para trabalhar em regime de multirão aos fins de semana nas construções das fossas sépticas com a orientação do pessoal do DSP e o material doado pela LADESC.

As estagiárias de Serviço Social se formaram em 1984, sendo a recém-formada Ilda Lopes contratada pela Paróquia da Trindade para dar continuidade ao trabalho, que vinha sendo realizado na comunidade do Morro da Penitenciária.

2.2 - A Casa da Criança

A assistente social Ilda Lopes atuava no Posto de Saúde da comunidade, de onde observava muitas crianças da comunidade do Morro da Penitenciária pedindo esmola nas ruas, outras que ficavam em casa vendo televisão o dia todo, outras crianças ainda que tinham de realizar as tarefas domésticas e cuidar dos irmãos menores, e outras crianças que ficavam no Morro, jogando bola, brincando. Na época, uma das moradoras, D. Jurema sai para trabalhar e deixa seus filhos trancados em casa, que fogem e vão brincar no mangue, próximo à comunidade. Uma das crianças morre afogada, acontecimento que abalou bastante os moradores do Morro da Penitenciária. A preocupação em deixar os filhos pequenos em casa, somado ao aumento do consumo de droga no Morro da Penitenciária, mais o uso da cola e outros alucinógenos introduzidos na comunidade, a formação de quadrilhas de crianças e adolescentes, controlados por adultos, a violência policial, e a violência também por parte dos familiares foram acontecimentos que levaram os moradores do Morro da

Penitenciária a expor nas reuniões comunitárias, seus problemas e preocupações referentes às crianças de forma que decidiram criar:

"Uma casa onde as crianças possam ficar enquanto seus pais trabalham. Uma casa que não signifique somente tranqüilidade e despreocupação para os pais, mas principalmente uma casa onde as crianças e adolescentes tenham oportunidade, tenham amigos em quem confiar na ausência dos pais e acesso a conhecimentos, educação, bem como valorização de sua cultura". (Lopes, 1986)

Em maio de 1986, o pároco da Santíssima Trindade, Frei Wituik, sabendo dos problemas enfrentados pela comunidade dos moradores do Morro da Penitenciária, levou a visitá-la o Provincial do Paraná e o Definidor Geral dos Capuchinhos, ao qual é exposta a preocupação da comunidade em relação às crianças e a idéia de criar um local para crianças e adolescentes de forma que pudessem viver aquele período sem a vigilância dos adultos, podendo estudar, brincar e aprender a valorizar sua cultura.

Tanto o Provincial como o Definidor interessaram-se pela idéia e solicitaram um projeto. No mês seguinte, junho de 1986, em reunião com a comunidade foram expostas as preocupações dos moradores em relação às crianças. A elaboração do projeto ficou para a próxima reunião, pois antes teriam de ser discutidos outros problemas como o da localização da obra. Após várias reuniões para a elaboração

do projeto, decidiram realizar a obra num chapadão dentro das terras da penitenciária. Decidiram então passar um abaixo-assinado com o intuito de entregá-lo ao Presidente da COHAB reivindicando o terreno. Todas as assinaturas foram colhidas pelas crianças.

Em janeiro de 1987, com todos os requisitos necessários já encaminhados, e com o terreno cedido pela penitenciária iniciou-se a limpeza do terreno.

Enquanto isto, outros contatos já estavam sendo realizados: com a Sandra, Assistente Social da ASA (Ação Social Arquidiocesana) que passou a Ilda Lopes, Assistente Social do Morro da Penitenciária, uma lista de entidades religiosas estrangeiras às quais poderiam ser encaminhados projetos para a obtenção de verbas. Com a professora Elizabete, diretora da antiga FUNABEM, conseguiu-se a doação de parte do dinheiro da Festa da Laranja para a compra de material, bem como o pagamento de 3 pessoas da comunidade solicitadas pela Assistente Social Ilda Lopes para incentivar as crianças a participarem no processo de construção da casa.

No ano de 1988, de posse de todo o material necessário para a construção da casa, o dinheiro recebido do exterior, foi aplicado no banco para a compra de alimentos e pagamentos dos funcionários.

A casa da criança foi construída com trabalho pago durante a semana e em regime de mutirão nos fins de semana pelos próprios moradores do Morro da Penitenciária, inclusive as crianças.

Em 14 de março de 1988 ^{??} a casa da criança inicia suas atividades atendendo a 110 crianças e adolescentes de 7 a 14

anos. O seu quadro de funcionários foi composto por moradores da própria comunidade que possuíam algum tipo de participação dentro dela.

A casa da criança é legalmente vinculada à ação social paroquial da Trindade, pois para o reconhecimento no Conselho Nacional de Serviço Social são necessários 3 anos de funcionamento para se conseguir qualquer tipo de convênio. Mas a casa da criança possui personalidade jurídica, estatuto e diretoria própria, constituída por 3 representantes do Morro da Penitenciária e 3 representantes da Paróquia da Trindade.

Segundo o trabalho de conclusão de curso de Laharque, citado a seguir, no início os educadores da casa da criança tiveram bastante dificuldades, pois ninguém possuía experiência na área.

"... O que fazíamos eram atividades ocupacionais, bem dentro do objetivo da casa da criança, criar um espaço onde menores de 06-17 anos possam ficar enquanto seus pais trabalham, e que ofereça condições para que o mesmo cresça de forma plena". (Laharque, Daniele Bené, 1990: 36)

Assim sendo, a Assistente Social, junto com os educadores da casa da criança, monta um esquema de trabalho dividido em três momentos: estudo, trabalho e lazer. O horário de estudo era utilizado para realizar as tarefas escolares e trabalhos de colagem e pintura. O horário de

trabalho era utilizado para a limpeza das salas, banheiros e calçadas pelas próprias crianças, e o horário de lazer destinado para ver televisão, jogar bola, participar das brincadeiras com os educadores e brincar livremente.

Iniciou-se também o trabalho de cooperativas de salão, salgadinhos, pães e macramê, horta e couro com o principal objetivo de refletir a realidade das crianças através do trabalho.

Porém, tal atividade ficou voltada apenas para a produção, não contribuindo de forma significativa para a formação das crianças e adolescentes. Diante dessa dificuldade, foi sugerido que cada educador reservasse meia hora por dia para conversar com as crianças, pois a base do trabalho é o diálogo, é desse espaço para a criança se expressar. Também nesta meia hora ficou reservado espaço para avaliação do trabalho do grupo.

Paralelo à casa da criança, a assistente social mantinha um trabalho com o grupo de adolescentes. Uma das necessidades apresentadas por eles era a vontade de voltar a estudar. Iniciaram-se cursos supletivos na casa da criança, administrados pelo Serviço Social.

"... Questionávamos o papel do Serviço Social na casa da criança. A Assistente Social tratava da parte burocrática, administrativa, que consistia em elaborar projetos com o objetivo de enviá-los ao exterior para a obtenção de verbas, fazer compras, prestação de contas, participar das reuniões da paróquia, bem como os que

diziam respeito à casa da criança e à comunidade em geral".

"... As visitas domiciliares às famílias e o acompanhamento das crianças à escola eram feitos pelos educadores que o faziam de modo fiscalizador". (Laharque, Daniele Bené, 1990:38)

Em 1989 houve uma mudança e a nova assistente social, Edalea de Moraes Ribeiro, não compreendia o porquê do grande envolvimento do Serviço Social em tarefas administrativas. Decidiu-se que as estagiárias de Serviço Social não ficariam mais o período integral com as turmas de crianças, mas ficariam encarregadas de realizar as visitas domiciliares, conversariam com as crianças individualmente ou em grupos, fariam as visitas à escola com o objetivo de informar os professores a respeito da realidade dessas crianças, de modo que os professores compreendessem as dificuldades vividas por essas crianças antes de fazerem cobranças que muitas vezes ultrapassavam os seus limites pessoais e sociais, bem como o questionamento sobre o modelo institucional que a escola representa.

Devido a uma briga entre os adolescentes, em junho de 198⁹, ficou decidido que a casa só atenderia crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 16 anos, pois a entidade não possuía estrutura para atender adolescentes mais difíceis, optando pelo trabalho preventivo. Sentindo-se rejeitados pela casa da criança, esses adolescentes começaram a agredir, a roubar, e a freqüentar diariamente a casa da criança prejudicando o seu funcionamento. O grupo de

educadores sentiu a necessidade de fazer algum trabalho com eles, mas pessoalmente se sentiam sem condições. Através de contatos com a ASA (Ação Social Arquidiocesana), conseguiram um professor de futebol para treinar os adolescentes uma vez por semana, e em consequência, o Serviço Social começou a reunir-se com esses adolescentes para realizar uma discoteque na casa da criança para arrecadar dinheiro para compra de uniforme para o time de futebol. A discoteque realizou-se em 20 de julho de 1990. As meninas não gostavam de futebol, e os meninos não estavam indo aos treinos, optaram por aulas de capoeiras. O grupo se reunia duas vezes por semana: uma vez para a capoeira e outra para a reunião. Outra questão importante era a falta de participação dos pais na casa da criança.

Com o objetivo de levar os pais a participarem da casa da criança e da co-responsabilidade no processo de educação de seus filhos durante o semestre 89/2 foram realizadas reuniões quinzenais com o grupo de pais. Mas o grupo foi esmorecendo e diminuindo. Percebendo que o interesse na existência do grupo era da Casa da Criança e não dos pais que iam às reuniões para saber apenas como estavam seus filhos, o Serviço social, passou a realizar reuniões de três em três meses para passar-lhes as informações gerais e também para avaliação e receber sugestões.

O grupo de Serviço Social, juntamente com os educadores da casa da criança, questionavam o processo educativo desenvolvido na casa da criança, assim como as visitas e reuniões aos seus familiares. No momento em que estavam

encaminhando as discussões, desencadeou-se um conflito entre a casa da criança e a paróquia da Trindade.

A carteira de trabalho dos educadores da casa da criança era assinada pela Ação Social da Paróquia da Trindade, pois a casa da criança necessitava de três anos de funcionamento para poder inscrever-se no Conselho Nacional de Serviço Social e tornar-se pessoa jurídica, exigência para poder receber verbas da FUNABEM e de entidades do exterior. Geralmente as comunidades recebem seus convênios em nome da Ação Social, Arquidiocesana, mas no ano de 1988 a ASA estava sobrecarregada de prestações de contas desses convênios para fazer e a Paróquia da Trindade colocou o nome de sua Paróquia à disposição, desde que a Assistente Social da casa da criança fizesse a prestação de contas. Também se prontificou a pagar as obrigações sociais de cada funcionário e o salário de duas assistentes sociais.

Em meados de 1990 a casa da criança vive a crise financeira, de não ter verba suficiente para cobrir seus gastos. A verba que recebiam do exterior foi suspensa desde agosto de 1989 e a verba da FUNABEM trimestral cobre apenas a alimentação de um mês.

Devido à crise financeira da casa da criança realizou-se uma reunião do CAEP (Conselho Administrativo e Econômico Paroquial) onde a Assistente Social da casa da criança expôs as dificuldades financeiras enfrentadas pela entidade. Foram levantados 2 membros do Conselho Paroquial que se encarregaram de, junto a equipe da casa da criança, viabilizar meios de solução para os problemas.

Foram realizadas várias reuniões entre os 2 membros do Conselho, as 2 assistentes sociais, as estagiárias de Serviço Social da UFSC e a diretoria da casa da criança, de onde surgiu a idéia de realizar bingos e distribuir carnês de colaboração espontânea para a casa da criança.

Com a realização das promoções surgiram mais pessoas interessadas em colaborar e formou-se uma comissão de apoio à casa da criança.

Através dessa comissão de apoio, a casa da criança conseguiu grandes benefícios, como, a estrada que liga a casa da criança à rua principal, necessária para acesso de veículos trazendo gás, alimentação e outros.

Nesse momento, o pároco, que não é o mesmo que participou da construção da casa da criança, legalmente constituída, passa uma procuração a um dos membros de apoio à casa da criança, dando-lhe plenos poderes de admitir e demitir os funcionários. Sem pleno conhecimento da dinâmica da casa da criança, essa pessoa toma atitudes que não são aceitas pelos funcionários da entidade, os quais percebem a necessidade de rever as relações entre a Casa da Criança e a Ação Social da Paróquia da Trindade, para assegurar-lhe autonomia. Ao mesmo tempo o pároco exigiu ser o presidente vitalício da Casa da Criança para continuar a colaborar com a entidade, como vinha fazendo já há três meses. A diretoria da Casa da Criança, de posse de seu estatuto se manifesta contra, pois a atitude do pároco vai de encontro ao entendimento da equipe, que é de a comunidade do Morro da Penitenciária responsabilizar-se pela entidade quando esta se encontrar organizada.

Cogitou-se o desligamento legal que vinculava a Casa da Criança e a Ação Social da Paróquia da Trindade. Após várias negociações, por vezes muito difíceis e conflitivas, é feito um contrato de conduta onde a A.S. Paróquia da Trindade passou todos os bens materiais da Casa da Criança para a associação dos moradores e comissão de pais do Morro da Penitenciária. Mais tarde, através da Assembléia Geral reviram todo o estatuto da Casa da Criança e formaram uma chapa que ficou constituída como a diretoria da casa da criança.

Nesse período, a Casa da Criança passou por sérias dificuldades, chegando a fechar durante 03 dias, pois o pároco fez os educadores, que tinham vínculo empregatício com a Paróquia da Trindade, cumprir o tempo de aviso prévio em outra comunidade.

A nova diretoria da casa da criança trabalhou intensamente na promoção de bingos, festas, distribuição de carnês de pagamentos voluntários, doações e elaboração de projetos com o objetivo de arrecadar verbas para a manutenção da casa.

Assim que foi reaberta a casa da criança pela nova diretoria, as crianças e adolescentes passaram alá permanecer no período das 13 h 30 min até às 15 h com os estagiários de Serviço Social da UFSC, sendo contratado, para o restante do tempo, das 15 h até às 17 h foi uma pessoa da comunidade para ficar com as crianças. Terminando o prazo de aviso prévio, os antigos moradores retornaram às suas antigas atividades na Casa da criança.

2.3 - O Serviço Social e o Processo Pedagógico Desenvolvido na Casa da Criança

A educação segundo Brandão (1984) está presente em toda a história do homem é uma construção social do homem, faz parte de sua estrutura de saber e de poder. Presente em inúmeras situações e processos coletivos ligados diretamente com a reprodução e manutenção do poder a educação é um instrumento de controle social de que as classes e grupos de controle lançam mão, para que se realizem dentro da sociedade seus objetivos e interesses sobre a economia, a política e a cultura.

Educação Popular:

Os primeiros movimentos de educação popular, voltados a trabalho de mobilização popular, que consiste na conscientização e mobilização de subalternos, surgiram fortemente nos anos 60, mas foram exterminados pelos setores repressivos de controle social da política nacional e regional, acusados de realizar programas educacionais incompatíveis com os interesses dominantes da ordem política e social.

Estes movimentos populares eram patrocinados por setores da Igreja, universidade ou estudantes, fossem eles associados ou não ao Estado.

Inicialmente a educação popular consistia em trabalhos pedagógicos que conduziam alunos, grupos e comunidades a aquisição de conhecimentos fundamentais e objetivando,

através do aproveitamento dos seus recursos naturais e sociais, uma melhoria na condição de vida.

Hoje, compreendemos a educação popular como uma prática que conduz pessoas, grupos e comunidades a tomarem consciência das dimensões naturais e históricas da dignidade do ser humano, como também uma prática que os levasse a criar e consolidar formas próprias, ou, dentro de um processo progressivo tornar-se autônomas do próprio programa de mobilização e organização popular, que politicamente produzam ações de mudanças capazes de reescrever as bases estruturais da sociedade.

Na educação popular o Serviço Social procura ser agente de transmissão de saber, de reforço de organização, de mobilização popular de acordo com os interesses identificados como os da comunidade, procurando sempre partir dos valores da comunidade para produzir valores comunitários políticos.

Um dos grandes dilemas enfrentados pelos agentes sociais na educação popular é que esses oscilam entre os valores do sistema de que querem se libertar e os valores do povo com quem querem se comprometer.

Pois o trabalho de educação popular não parte de uma fonte real de poder social, ele parte do poder do mundo, poder dos fracos, dos subalternos, presente nas classes e inculcido nas agências de mediação dos interesses do trabalho. Assim, o que existe realmente são organizações, mobilizações, formas de saber, tipos de educação dos sistemas ou das classes subalternas.

Assim sendo, a educação popular é aquela produzida pelas ou para as bases populares em função do seu interesse de

classe, objetivando introduzir conhecimentos acerca de sua realidade, fundamental quando se pretende a transformação da estrutura de classe. (Magalhães, 1981)

Dentro da educação popular ocorre uma troca de saberes entre a população e o agente técnico, possibilitando a ambos se conhecerem e em conseqüência provocar o surgimento de um comprometimento mais amplo de ambos os lados.

2.4 - A Educação Popular e a Dinâmica da Casa da Criança

A nossa experiência de estágio ocorreu na Casa da Criança, no ano de 1992, no trabalho direto com crianças carentes, material e afetivamente.

Abordarei aqui o grupo das crianças mais velhas e adolescentes na faixa etária de 9 à 13 anos, a turma com a qual mantive contato diário.

Esse grupo de crianças e adolescentes foi denominado por eles, de forma democrática, isto é, através de votação como "turma da caveira". O grupo vai a escola no período da manhã e permanece na Casa da Criança o período da tarde. Existem mais três grupos na casa da criança: dois que vão à aula no período da manhã, permanecendo na mesma o período da tarde e 01 grupo que fica na casa da criança pela manhã e vai a aula no período da tarde, num total de quatro turmas.

As condições de socialização com que se defrontam as crianças e adolescentes do Morro da Penitenciária não são criadas por eles, nem pelos seus familiares, mas pelo modo

como as classes se articulam nas formações sociais do capitalismo vigente em nosso país. (Brandão, 1984)

Convém destacar que essas crianças e adolescentes são seres sociais no contexto das condições marginais de sua existência, que é o local onde se refletem as contradições básicas da sociedade.

Entendemos que ao mesmo tempo que as crianças e adolescentes produzem, eles também são produzidos. Apesar de serem despojados de segurança, proteção, estabilidade financeira, afetiva e emocional, fatores que deveriam vir do meio que cerca o menor, esses fatores provocam, maiores sentimentos de medo e insegurança nas crianças, confusão na representação a respeito de si, dos outros e do mundo. (Violante, 1982)

Assim, o menor em geral responde à precariedade material, afetiva e emocional que caracteriza o seu mundo próximo, brigando em casa e com os colegas, desobedecendo ordens, pedindo esmolas, fugindo da escola, vagando nas ruas, realizando pequenos furtos, e consumindo drogas, em geral maconha e cola de sapateiro.

Consideramos o comportamento dessas crianças como manifestações e não como causa de sua condição marginal de vida. São manifestações de revolta de insubmissão às condições de vida que lhes são socialmente impostas. São denúncias da desordem social.

Entendemos que o educador deve sempre ver na criança aquilo que ela sabe, aquilo que ela tem, aquilo que ela mostra ser capaz de realizar. O seu passado deve ser utilizado pelo educador apenas para impedi-lo de colocar

exigência antes da compreensão, sem no entanto deixar de ser exigente, pois a exigência antes de mais nada é um sinal de respeito do educador em relação ao educando.

Por educador entendemos todo o corpo de funcionários da casa da criança que é composto por uma cozinheira, 02 assistentes sociais, 04 educadoras (das quais 02 são estagiárias), um vigia, um professor de capoeira e a professora de pintura.

Nosso estágio iniciava-se com o almoço das crianças; nós educadores nos revezávamos na casa da criança para que durante o horário de almoço sempre estivesse presente no refeitório um educador para orientar as crianças.

O almoço é servido pelas próprias crianças em sistema de rodízio. Cada dia uma turma se dividia em dois grupos: o primeiro responsabiliza-se por servir o almoço e o segundo grupo fica com a tarefa de limpar o refeitório. Tarefa esta que consiste em passar panos nas mesas, levantar os bancos, varrer o chão e fechar as janelas.

Todas as atividades eram realizadas junto com o educador, dando-lhes um caráter pedagógico.

As 13 h 30 min as crianças vão para as suas salas, para a sua primeira atividade que é o "papo na roda", com as crianças sentadas no chão, junto ao educador, em forma de círculo.

O "papo na roda", é um momento reservado para conversar com as crianças, trocar informações, esclarecer dúvidas, refletir o cotidiano das crianças e do educador.

Para alcançar tal objetivo é necessário que o educador se coloca como pessoa transparente, respeitando a

individualidade da criança, seus valores, suas expectativas, com autenticidade, verdade e coerência. É preciso cuidado para não invadir o mundo do menor caso ele não queira ser abordado, pois isto seria violentá-lo. Também é necessário respeitar o ritmo e o crescimento de cada criança. Para ouvir realmente o menor, seus sentimentos, seus gestos, suas emoções é necessário que o educador esteja livre dos preconceitos classistas.

No início do estágio, nos primeiros contatos, era necessário que eu iniciasse o papo na roda, pois esta não fluia voluntariamente, nós éramos pessoas estranhas ao cotidiano das crianças. Assim sendo, iniciávamos a conversa na roda com perguntas corriqueiras: Como foi a manhã de vocês; do que mais gostaram no final de semana? Como foi? O que fazem no final de semana? Qual a brincadeira preferida? Eram perguntas que nos ajudavam a conhecê-los e davam também oportunidade para que eles nos conhecessem, objetivando a formação de um vínculo entre educador e aluno.

Na primeira quinzena de julho de 1992, após várias reuniões entre os educadores e o Serviço Social, esse espaço passou a ser utilizado como uma atividade educativa, de modo a contribuir para que o educando construísse em sua mente uma representação de si e do mundo em que vive do qual faz parte.

Nos educadores acreditamos que o homem é um ser puramente determinado pelas condições de em seu meio, e se ele é um produto das relações sociais vigentes e também o produtor dessas mesmas relações, cabe-lhe através de uma prática crítica e transformadora instaurar um mundo

propriamente humano, sem esquecer que mesmo sendo sujeito de sua história, esta lhe é dada em condições que o antecedem e o ultrapassam.

O mundo como produtor e produto do homem, uma estrutura inovadora e questionável.

"... mundo transforma-se em problema, em pergunta, em matéria-de-que fazer, em convite permanente ao exercício do pensamento crítico e da ação transformadora". (Costa, 1990:48)

Educador deve ser um criador de condições para que a educação aconteça. Para isto, deve criar acontecimentos, articular espaços, coisas e pessoas que possibilitem ao educando assumir-se como sujeito, como fonte de iniciativa, responsabilidade e compromisso.

Nossos educandos, porém, viam um mundo reduzido às suas experiências do cotidiano, onde, para eles, destino e a sua sorte de cada um já estavam traçados.

Com o objetivo de ampliar o mundo de nossos educandos, com dados acerca de sua realidade, começamos a captar suas dúvidas, seus questionamentos e a passar-lhes a eles informações sobre o assunto na reunião seguinte, contextualizando-o, isto é, relacionando-o com o passado, com o estágio atual e visualizando o tema no futuro com suas possíveis mudanças. Os assuntos mais comuns eram: as normas e o estatuto da Casa da Criança, drogas, namoro, as noites que passavam nas ruas, álcool, brigas e polícia.

A título de ilustração, segue um trecho do relatório sobre o contato realizado com as crianças na atividade do "papo na roda" no dia primeiro de abril de 1992.

"As crianças entraram em sala como de costume, colocaram suas pastas no local. M.A. e A. discutiam sobre o local onde sentar. Chamei A. e pedi que ela sentasse do meu lado e preenchesse a chamada. Assim que estavam todos sentados a S. nos perguntou se a Casa da Criança iria fechar nós colocamos ao grupo que a Casa da Criança era uma ONG, isto é que foi construída por eles, sociedade civil, e que não tinha nada a ver com o estado. Falamos a eles que as verbas que a casa da criança recebia vinham do exterior, e que o dinheiro não estava sendo mais mandado para a casa da criança, e o dinheiro que a casa da criança tinha no banco não dava para pagar os seus funcionários.

A. perguntou se era para resolver isso que ia ter uma reunião a noite na Casa da Criança.

Disse-lhes que sim, que queríamos conversar com os seus pais para dar um jeito de não fechar a Casa da Criança.

N. colocou que os educadores podiam trabalhar de graça sem ganhar dinheiro.

R. respondeu que não.

Ad. falou que gostaria de trabalhar na casa da criança, mesmo sem receber.

Dissemos então a ele que todos gostaríamos de trabalhar na Casa da Criança sem receber, mas que isto não era possível, porque os educadores no fim do mês iam precisar de dinheiro para pagar a luz, a água, a comida etc. Todos concordaram que iam conversar com os pais para que eles fossem à Casa da Criança, pois era muito importante e que iam torcer para que tudo desse certo.

Perguntei se todos gostaram do local onde estavam sentados, eles responderam que sim.

Perguntei o que poderíamos fazer para que não houvesse mais briga na sala.

N. disse que era para cada um sentar no lugar que estavam hoje.

A. disse que poderíamos pintar os nomes nas cadeiras.

Todos concordaram".

(Relatório 01/04/92)

O espaço do papo na roda também é utilizado para discutir o cotidiano da casa da criança, fazer assembléia e outros.

Quando assumimos as atividades diárias com as crianças, essas não respeitavam mais as normas de sala de aulas usadas pela antiga educadora. Resolvemos revê-las.

As crianças se colocaram na sala em forma de círculo como de costume, para discutirmos o que se pode ou não pode fazer em sala, dando oportunidade a todos para falar. Após as próprias crianças fizeram uma lista do que não deve ser feita em sala de aula e para cada regra eles elaboraram punições. Uma das crianças passou o regulamento a limpo em uma cartolina e todas as crianças assinaram embaixo. A cartolina foi colocada em local bem visível.

"Nossas normas de sala"

- 1) Quem pular a janela: ajuda na limpeza do refeitório após o café.
- 2) Quem subir na mesa colabora na limpeza da sala.
- 3) Quem almoçar e for embora vai ajudar a D. Cema (cozinheira) na cozinha.
- 4) Quem chamar nome ou gritar: varre a calçada.
- 5) Objetos diferentes na sala que causem confusão: na primeira é avisado; na segunda o educador tira e entrega no fim da atividade; e na terceira a educadora tira e entrega no dia seguinte.
- 6) Quem vier sem pasta vai em casa buscar. ASS...").

(Relatório 12/05/92)

Percebemos, nas normas elaboradas pelas crianças, que o pensamento da classe dominante a que os menores tem acesso é utilizado de forma instrumental, adaptando através das estratégias de sobrevivência à realidade em que está inserido.

"A classe dominada é dominada material e ideologicamente não é verdade que seus membros tenham outros valores como se houvesse uma cultura da pobreza. O menor expressa em suas representações o modo dominante de pensar e agir". (Violante, 1982:46)

A segunda atividade desenvolvida à tarde é o horário de estudo, com início às 13 h 30 min. Este horário é utilizado para acompanhamento e reforço escolar dos meninos e meninas da Casa da Criança, para sanar dificuldades no seu processo de aprendizagem, possuindo também como objetivo despertar o interesse pelo estudo naqueles que não frequentam a escola.

Este horário pretende também organizar informações a respeito da realidade das crianças, proporcionando-lhes uma compreensão de sua condição de vida.

Observamos nesta atividade que as crianças possuem grande força de vontade para continuar a estudar, pois o sistema escolar está voltado para a uma certa classe social, da qual não fazem parte nossas crianças. Isto sem falar na reprovação sistemática a cada ano, impedindo estas crianças de irem adiante. Muitas vezes as exigências escolares vão além da capacidade de nossas crianças, pois os professores não conhecem a realidade delas.

Somadas a esses fatores destacamos as carências física e psicológica que servem de obstáculos no processo de aprendizagem escolar.

Nossos educandos não conseguem acompanhar o sistema escolar tradicional. A Casa da Criança pretende fazer uma ponte entre a casa da criança e a escola, para que ambas reflitam sobre a realidade de seus educandos, mas no momento é algo que fica apenas na intenção.

A situação das crianças é bastante preocupante, pois na "turma da caveira" (crianças entre 9 e 13 anos), 50% não sabem fazer contas de adição, subtração e nem elaborar frases.

O horário de lazer é o terceiro momento desenvolvido na Casa da Criança. Nessa atividade as crianças brincam livremente, com a orientação de permanecerem dentro do espaço da entidade.

Cada dia um educador permanece no pátio com as crianças, jogando bola, brincando de jogos, cantando cantigas, contando histórias e outras.

A finalidade é criar momentos de lazer que estimulam o relacionamento social, fazendo com que os meninos e meninas vivam situações de solidariedade, através da organização de times, de um passe de bola, escolhendo para membro da equipe aquele que é ruim de bola.

Algumas crianças em menor número preferem ver televisão no refeitório.

O horário de trabalho é a quarta atividade desenvolvida. Nessa etapa, a criança escolhe a atividade a que mais se adapta, entre:

a) Macramê: a produção de artesanato em corda, que favorece a seus membros um trabalho produtivo, educativo e lucrativo.

b) Corte e costura: as crianças recebem noções básicas de corte e costura, além do processo de aplicação de pintura em vidros, tecidos, madeiras e outros, experimentando uma prática de cooperação coletiva, favorecendo o surgimento de uma fonte de renda às crianças e adolescentes, através de um trabalho produtivo e educativo.

c) Horta: possui a sua produção voltada para a subsistência da Casa da Criança, com o objetivo de ser um trabalho coletivo produtivo, com planos de vir a tornar-se uma fonte de renda lucrativa. Nesse espaço as crianças são estimuladas a construir uma horta em suas casas.

Com os trabalhos manuais, realizados em equipes, a Casa da Criança proporciona às crianças atividade de cooperação coletiva, assim como possibilita a elaboração de um projeto e a visualização da força de vontade empregada para a concretização desse projeto; aprendem também a respeitar seus colegas, abre um espaço para que as crianças reflitam entre si o caminho a ser percorrido.

Ex.: Na horta, quem vai colher as verduras? Quem vai plantar? Quem capina? etc. vindo assim a tornar-se um trabalho coletivo.

"O trabalho educativo é aquele que a dimensão produtiva está subordinada à dimensão formativa, isto quer dizer que, neste tipo de trabalho, o produto mais importante é o trabalhador consciente de seu papel de agente de sua história e da história da classe social e do povo - nação a que pertence". (Costa, 1985:13)

Nós acreditamos que o trabalho não se fecha no momento em que acontece; ao contrário, desdobra-se numa linha de tempo. O educador deve ver em seu educando um feixe de possibilidades aberto para o futuro.

"A aposta no outro exige do educando alguma coisa bem concreta, a aposta no outro exige competência, mas também a solidariedade humana e o compromisso político com o educando". (Costa, 1990:29)

Assim, o engajamento do educador nesse trabalho exige uma permanente revisão de conceitos, valores e ideologias, para que possa atuar como elemento facilitador no processo de conscientização e libertação.

A libertação é entendida como transformação de uma ordem política de dominação em outra mais solidária, que possibilite ao homem realizar-se como pessoa.

Como quinta e última atividade do dia, vem o horário do café. O sistema é o mesmo do horário do almoço. Uma turma a cada dia divide-se em dois grupos: o primeiro serve o café e o segundo limpa o refeitório.

Nas reuniões de Serviço Social com os educadores, expusemos ao grupo que a atividade diária com as crianças estava sendo muito desgastante para nós, enquanto educadoras, pois não estávamos utilizando o espaço como deveríamos, as atividades estavam caindo em ativismo.

A primeira medida que tomamos foi modificar o horário de atendimento às crianças, que ficou assim:

12 h 30 min almoço; 13 h brincadeiras na rua; 14 h papo na roda; 14 h estudo; 15 h trabalho; às 16 h lazer e às 16 h 30 min. café.

Com objetivo de conseguir mais estagiários para a Casa da Criança na área de Pedagogia, o Serviço Social efetuou vários contatos da Casa da Criança com a UDESC e a UFSC.

No segundo semestre, de estágio, em maio de 92, conseguimos o estagiário Flávio, que revezou as atividades com a estagiária Carmen.

Na última semana de maio a Casa da Criança recebe a resposta de um de seus projetos enviados ao CBIA (Centro Brasileiro para a Infância e a Juventude) para obter verbas. A partir de abril a CBIA forneceria a Casa da Criança verba para o pagamento de quatro professores, assim como daria o material para os referidos cursos.

Contactamos com os antigos educadores para que estes lecionassem os cursos de corte e costura, macramê, pintura em tecido ou vidro e uma terceira atividade, a qual em assembléia com as crianças optamos pela capoeira. Para esta, as crianças pediram que fosse convidado o João, um professor de capoeira que já havia trabalhado na Casa da Criança e possui grande experiência em trabalhos comunitários.

A partir de então, nosso estágio ficou reduzido ao trabalho diário com as crianças no horário das 13 h 30 min., onde realizamos a conversa na roda, às 14 h horário de estudo; 15 h brincar na rua. Após isso, as crianças iam para o seu horário de trabalho, com exceção das sextas-feiras, quando usávamos nosso horário para junto com as mesmas realizarmos a limpeza do local: banheiros, salas, refeitório e pátio.

Nas reuniões com os educadores percebemos que as atividades com as crianças estavam desgastantes, cansativas. O Serviço Social trouxe a proposta de trabalhar as crianças em três momentos: ação-reflexão-ação, com a utilização da caixa comum.

Primeiro explicamos aos educadores o que seria a caixa comum, dando-lhes exemplo do que poderia estar dentro da caixa. Os educadores também participaram dos exemplos expusemos a ação-reflexão-ação. Colocamos que era importante deixar as crianças darem os exemplos, e em seguida ir junto com as crianças no morro para catar as bugigangas. O exemplo é o aprendizado mais forte que oferecemos as crianças.

A prática que fizemos com as crianças foi ótima: as mesmas deram bastante exemplos sobre o que seriam as coisas comuns, que ela escreveram na cartolina e penduraram na parede em local bem visível. Saímos todos atrás das bugigangas para colocar na caixa comum. Elas trouxeram tampa de garrafa, caixa de fósforo vazia, garrafas vazias, garrafa de plástico, papel, pedaço de linha e de lã, papelão, latas e outros. Para uma melhor fixação as crianças confeccionaram

cartazes em grupos de três com as coisas contidas no caixa comum; prontos os cartazes e expostos na parede, nós refletimos sobre o material utilizado pelas crianças na confecção dos cartazes.

Ex.: A tampa de coca-cola, quem gosta de coca-cola, que esta é uma multinacional, isto quer dizer que parte de nosso dinheiro vai para o país dela. Quem trabalha na coca-cola recebe um bom salário? Pode tomar coca-cola sempre que quiser?

Essas discussões visavam ampliar os conhecimentos de nossas crianças, refletir o seu mundo, criar atitudes de não-indiferença, levá-los a dar valor às coisas para que possam discernir o que é bom e o que é mau.

0Em julho de 92, a Casa da Criança ficou duas semanas de férias, espaço que nós educadores utilizamos para programar os temas a serem refletidos no mês de agosto.

Os educadores mais antigos nos colocaram que seria bastante proveitoso trabalharmos a questão da saúde, pois a associação dos moradores e a Casa da Criança junto com o Serviço Social estavam batalhando para conseguir um médico permanente para trabalhar no Posto de Saúde, pois até o momento os médicos trabalhavam 15 dias e iam embora. Resultado: o posto ficava mais tempo fechado que aberto.

Os educadores concordaram e para o mês de agosto ficou proposto o seguinte:

Nas segundas-feiras conversaríamos com as crianças sobre o final de semana, faríamos desenho, contaríamos histórias, executaríamos exercícios de descontração, pois no trabalho junto às crianças observamos que a relação em família nos

fins de semanas deixa as crianças bastante agitadas.

Decidimos falar sobre a higiene corporal, pois além de os assuntos sobre saúde estarem em evidência no morro, percebemos nas próprias crianças a necessidade de se falar da higiene física.

Abaixo cito uma atividade desenvolvida nesta proposta:

- **Objetivo Geral:** Discutir com as crianças a questão do piolho, o que elas pensam ou conhecem sobre ele, como fazer para tratá-lo, mostrando a importância do tratamento.

- **Atividades a desenvolver:** Apresentação de um teatro: realizado por nós educadores sobre o piolho, no refeitório, para as três turmas no período da tarde (ação).

Em seguida conversar com as crianças sobre o teatro: O que gostaram? O que não gostaram? O que aprenderam de novo? Quem é o piolho? O que ele faz em nossa cabeça e o que devemos fazer para acabar com ele? Estas questões são apenas para nortear a conversa e não uma norma. Após a conversa, da reflexão parte-se para a ação. As crianças devem nesta etapa confeccionar cartazes com as bugigangas trazidas por eles guardadas na caixa-comum. E após fazer uma reflexão sobre o material utilizado nos cartazes, que deverão estar pendurados na parede em local bem visível.

- Combinar uma proposta para a semana.
- Desenvolvimento.
- Conversa na roda:

"Todos os educadores tiveram um papel na peça apresentada no refeitório. Fizemos fantasias de cartolinas já usadas. Os gestos e as falas estavam engraçados, o que fez com que as crianças prestassem bastante atenção. Em seguida fomos para a sala as crianças foram estimuladas a dar opinião sobre o teatro.

N. disse que gostou quando o piolho morreu. E imita o piolho morrendo, todos riem.

Perguntei então como é que o piolho morre e por que quer que ele morra N. disse que é só passar o remédio que o piolho morre, e é bom que ele morra porque ele dá coceira na cabeça, faz cocô, morde e dá ferida. N. também diz que é bom fazer teatrinho, que deveria ser feito mais.

Gr diz que o piolho é bonitinho, que não deve acabar com ele, tadinho, e que era chato falar deles.

Perguntei a ele se era bom ficar cheio de piolho como a personagem do teatro e Gr. diz que sim, que é bom; todos riem.

Horário 2 e estudo. As crianças fizeram os deveres.

N. agora se interessa em fazer os deveres, apesar de não os copiar em sala de aula, ele copia os deveres de seu colega de classe que também está na escola com ele. N. disse que gosta de fazer os deveres mas só na Casa da Criança. Tem

muita dificuldade em escrever as palavras de fazer as quatro operações matemáticas.

Gr. como sempre é o primeiro a terminar as tarefas escolares e a pedir mais exercício para o caderno da Casa da Criança. É muito inteligente.

Al demora bastante, hoje mais ainda, pois amanhã ela tem prova sobre os deveres e não sabe como fazê-los. À medida que terminavam nós entregávamos a eles uma cartolina para que em grupo confeccionassem um cartaz sobre o teatro ou a conversa na roda, e que utilizassem o material trazido por eles para a caixa comum.

C. fez o trabalho por obrigação, mas fez bonito no final, quando juntou seu trabalho com o trabalho do colega N. que também não estava muito animado.

Por outro lado os outros grupos estavam bastante interessados.

Assim que todos terminaram os cartazes nós falamos das formas que eles conheciam para acabar com o piolho e penduramos todos os cartazes na parede. Deixando a reflexão sobre os materiais utilizados no trabalho para outro dia, devido à falta de tempo. Limpamos a sala, em seguida as crianças saíram para o espaço livre com 15 minutos de atraso, retornando mais tarde aos seus respectivos cursos.

O Cr. entrou na sala enquanto nós limpávamos dizendo que não queria o trabalho horrível dele na exposição; nós lhe falamos que seu trabalho estava muito bonito, comentei até alguns detalhes, mas que se quizesse poderia tirá-lo. Cr resolveu então que iria deixá-lo até o dia seguinte.

Como proposta resultante da discussão em sala; perguntei se a S. gostava do piolho. Esta com nojo, disse que não porque o piolho era feio, sujo, nojento e morde a gente.

Perguntei o que poderíamos fazer.

M.A. falou que deveríamos utilizar o Deltacial remédio utilizado para exterminar piolho durante o teatro. Perguntei então se alguém tinha remédio em casa.

N. disse que a mãe dele coloca vinagre, que arde um pouco mas que mata tudo.

Perguntei se todos nós podíamos combinar de acabar com os piolhos naquela semana, porque se um usa remédio e o outro não, o piolho que pula de uma cabeça para outra acaba voltando. Por isso era importante que todas as crianças e funcionários da casa da criança acabassem com o piolho da nossa cabeça, como também lá na família deles todos tinham de usar. Todos, até o Cr., concordaram".

(Relatório 10/07/92)

Todo final de mês, na Casa da Criança ocorre a festa do mês, sempre nas quintas-feiras, sendo que na sexta não há

Casa da Criança, pois os funcionários e educadores se reúnem para avaliar a atividade anterior e programar a do mês seguinte.

Na festa do mês a Casa da Criança dá o bolo confeccionado pela cozinheira e o suco, os educadores enfeitam o refeitório, colocando em destaque o nome das crianças e funcionários aniversariantes daquele mês.

A festa é realizada no refeitório com todas as turmas.

Na última quinta-feira do mês as crianças vão para a sala, onde fazemos um "papo na roda" descontraído; no horário de estudo faz deveres quem quiser; as crianças lêem livros de histórias infantis e joguinhos. Após vão para a capoeira.

Assim que terminam a capoeira, arruma-se o refeitório, as crianças ficam na mesa, onde cantamos e fazemos brincadeiras, após cantarmos parabéns aos aniversariantes do mês, cujos nomes são pendurados junto com outros enfeites ao teto do refeitório, servimos bolo, suco às vezes, quando tem também servimos pipocas e doces; as crianças são dispensadas às 16 h 30 min.

Nas reuniões de avaliação sobre o trabalho desenvolvido, sentimos que estamos no caminho certo, mas muito longe de se alcançar um caminho ideal, pois nós educadores sabíamos que não eram as atividades pedagógicas que desenvolveríamos com as crianças que determinariam se a educação que estamos passando para elas é alternativa libertadora ou crítica, pois a atividade é um instrumento no processo educacional, não o fim. O que nos faltava no momento era refletir seu mundo, contextualizando-o, tornando-o empreendedor da realidade e autor de seu destino, tarefa que depende bastante da

claridade que o educador possui do processo histórico social dessas crianças.

Outro problema que roubava os espaços das discussões sobre a metodologia desenvolvida na Casa da Criança eram os problemas de cunho financeiro que exigiam atitudes urgentes. Uma outra dificuldade que sempre está presente no caminho da Casa da Criança é a falta de participação dos pais.

Nosso primeiro contato com os pais das crianças foi em abril, quando subimos o morro junto com a supervisora para conhecê-lo. Esta nos mostrou algumas lideranças do morro, nós também visitamos a casa de alguns educadores. A visita ao morro nos possibilitou conhecer um pouco da dura realidade em que vive a maioria das crianças que utilizam a Casa da Criança.

Em todas as visitas domiciliares fomos muito bem recebidos pelas pessoas da comunidade que se mostravam abertas ao diálogo.

Uma característica dessa comunidade é não discordar das pessoas estranhas, principalmente as estudadas. No início de nosso estágio ficou decidido em assembléia com os pais, no dia 12/04/92, que os mesmos iriam responsabilizar-se pelo pagamento da cozinheira. Estava chegando o fim do mês e a comissão de mães que estava responsável pela arrecadação de dinheiro veio nos procurar porque estavam sem saber o que fazer para cobrar o dinheiro dos pais que ainda não haviam pago a mensalidade proposta para o pagamento da cozinheira.

Em reunião entre a comissão de mães e os educadores, ficou decidido que nós estagiárias de Serviço Social iríamos acompanhar a comissão de mães até as casas das crianças cujos

responsáveis não haviam pago a taxa estipulada por eles, com o objetivo de informá-los da necessidade deste pagamento para a manutenção da Casa da Criança, conhecê-los e possibilitar que eles nos conhecessem, informá-los das atividades desenvolvidas na casa da criança e sua importante função no desenvolvimento sócio-psicológico de seus filhos, uma vez que são raros os diálogos entre os responsáveis e as crianças e entre os responsáveis e educadores.

Nas visitas tentamos passar aos responsáveis que estavam indecisos se seus filhos deveriam ou não continuar freqüentando a Casa da Criança que com a quantia que eles iriam dispensar a casa da criança não daria para alimentar nem uma criança, e muito menos duas ou três como era em média o número de crianças atendidas por família na Casa da Criança.

Com essas observações pode-se ter uma idéia da miséria material e política que atravessam estas famílias que preferem tirar a criança da Casa da Criança, do que pagar a quantia estipulada, sendo que isto pode ser pago em dinheiro ou com um dia de trabalho no lugar da cozinheira que se repetiria de dois em dois meses.

Queremos enfatizar que as visitas foram realizadas não em termos de cobrança, mas para lembrar os pais que o fim do mês havia chegado e o salário da cozinheira deveria ser pago até o dia 05/05/92.

No final de todas as visitas convidamos os pais para irem até a Casa da Criança conhecer nosso trabalho. Acontece que as mães, somente cinco que vieram nos visitar, queriam

apenas saber como estavam os seus filhos, elas não mostraram interesse por nosso trabalho.

Na segunda quinzena de junho, uma das educadoras nos informou que havia crianças que estavam almoçando e indo para a rua. Em reunião, nós educadores resolvemos que iríamos refletir junto as crianças as conseqüências que poderiam advir se algo acontecesse com as crianças durante o período que elas deveriam estar junto às educadoras. Explicar-lhes a responsabilidade da Casa da Criança com cada um e que algo muito sério poderia resultar, até no fechamento da Casa da Criança.

A parte, nós fizemos um levantamento das crianças que estavam faltando para ir visitá-las, não de modo fiscalizador, mas para saber por que as crianças não estavam mais comparecendo a Casa da Criança. Se fosse o caso, refletir com os pais se era realmente necessário tirá-las da Casa da Criança.

2.5 - A Casa da Criança uma Organização não Governamental

O termo ONG conforme o Caderno da CBIA, (1991) é um termo pós-moderno utilizado para designar as chamadas sociedades ou entidades sociais filantrópicas e organizações comunitárias ou populares.

As ONGs são entidades não pertencentes ao aparelho do Estado mas que se propõem públicas, pois prestam serviços assistenciais sem fins lucrativos, às comunidades pobres como um todo, sem restrições de caráter religioso, ocupacional, partidário etc.

As entidades denominadas ONGs são eleitas pela constituição e pelo estatuto da criança e do adolescente como parceiras do Estado na definição e execução da política assistencial.

No Brasil as ONGs nasceram de uma luta da sociedade civil contra o regime autoritário se instalou em 1964. Caracterizando-se por uma existência quase que clandestina ligada aos movimentos sociais de base, as igrejas e os movimentos sindicais e populares, executavam tarefas fundamentais nas áreas de educação, saúde, habitação, organização, acessório e consultório aos movimentos populares.

Assim que iniciaram os pequenos movimentos democráticos no conjunto da sociedade, na década de 70, as ONGs começaram a desenvolver seus projetos, a apoiar movimentos de resistência, muitos também clandestinos. Sem nenhum acesso aos meios de comunicação de massa nem aos recursos governamentais, as ONGs sobreviveram graças ao apoio internacional, pois os que poderiam ajudá-los internamente não descobriram suas virtudes e potencialidades.

A casa da criança do Morro da Penitenciária é uma entidade não governamental que surgiu de um processo de organização popular instalado naquela comunidade desde 1983. A realidade que proporcionou a fundação desta entidade está baseado no processo de exclusão dos mais empobrecidos das possíveis oportunidades que o mercado do trabalho e a sociedade oferecem, pois essa mão-de-obra em sua maioria é pouco qualificada e abundante, composta de crianças jovens e mulheres.

Queremos destacar que no projeto de implementação da Casa da Criança está colocada uma prioridade de trabalho dentro da comunidade do Morro da Penitenciária que são as crianças e adolescentes que estão ameaçados de serem mais um grupo de meninos(as) de rua já presentes no contexto de Florianópolis. O projeto da Casa da Criança tem como prioridade evitar esse processo de discriminação e marginalização, proporcionando algumas atividades que não sejam paliativas ou assistencialistas, mas que possibilitem a essas crianças e adolescentes uma via de auto-estima e dignidade para que a sua participação seja efetiva no contexto social e educacional.

Foi dentro dessa realidade e reflexão que surgiu a Casa da Criança do Morro da Penitenciária, e por entendermos que temos a responsabilidade de resgatar a esperança numa sociedade onde o menino e a menina sejam o futuro, o alicerce, a semente que irá nascer.

Quando optei pelo estágio na casa da criança em março de 1992, entidade enfrentada uma forte crise financeira. Os convênios não estavam enviando verbas, e não havia mais dinheiro para sustentar os funcionários, o dinheiro existente no banco mal dava para cobrir gastos com o Aviso Prévio.

Durante a última semana de março discutimos o assunto com as crianças que estavam bastante preocupadas com a situação da Casa da Criança, enfatizando que deveriam lembrar seus pais para comparecerem à reunião do dia 1º de abril onde seria decidido o futuro da Casa da Criança.

Em assembléia convocada pelo Serviço Social com os pais, o Serviço Social colocou-lhes que a Casa da Criança não

possuía dinheiro para pagar seus funcionários que já se encontravam de Aviso Prévio, que foram enviados projetos reivindicando verbas às entidades mas que até o momento não havia chegado nenhuma resposta. Colocamos também que a Casa só poderia manter a educadora Neoci como coordenadora geral da Casa.

Nós estagiárias nos apresentamos aos pais como as futuras educadoras da casa de seus filhos. Expondo a estes que necessitávamos desta experiência de estágio para nossa formação profissional

Colocou-se também na reunião que as funcionárias Dora, Ana e dona Cema estariam na Casa da Criança somente até o fim do mês cumprindo o aviso prévio, por meio período.

Foi comunicado aos pais que a Prefeitura iria mandar os alimentos, que a Casa da Criança precisava apenas de alguém que preparasse a alimentação. Junto com os pais foram levantadas duas propostas:

- 1ª) Que cada dia uma mãe fizesse a comida e a mãe que não pudesse vir deveria pagar outra mãe para cozinhar em seu lugar.
- 2ª) Que o salário da cozinheira fosse assumido pelas famílias que possuíam seus filhos na Casa da Criança.

A maioria dos pais optou pela segunda proposta e o rateio do salário da cozinheira resultou numa contribuição mensal de Cr\$ 13,00 cruzeiros antigos por família.

A educadora Doraci de Moraes Pereira colocou que continuaria como educadora da Casa da Criança até o dia em que encontrasse outro emprego, pois tinha esperança de que a Casa da Criança recebesse verbas e pudesse recontratá-lo. É o trabalho por amor à causa.

Somente em maio de 1992 é que chegou a resposta do CBIA dizendo que iria manter o salário de 04 professores e o material necessário para o desenvolvimento do curso.

O credenciamento de uma ONG por um órgão público federal, estadual ou municipal exige algumas requisitos, entre eles a comprovação de personalidade jurídica através da apresentação de documentos que registrem os atos característicos de uma estrutura organizacional e administrativa.

A Casa da Criança é uma entidade juridicamente registrada com estatuto e diretoria própria. As finalidades exigidas pelos órgãos públicos fazem com que as ONGs ao terem de equacionar instalações, equipamentos, material permanente e de consumo, investimentos e custeio, pessoal técnico e operacional, sejam impelidos a sair da improvisação, inscrevendo-se no campo técnico-científico do planejamento, o que impõe sem dúvida a profissionalização.

A Casa da Criança é uma entidade de promoção da cidadania caracterizada por assumir a condição de sujeito político comprometido com a consolidação democrática que se concretiza através de uma ação que procura articular o trabalho junto aos setores populares com outras interlocuções junto à sociedade civil, e com a luta pela ocupação ou criação dos espaços institucionais de controle das políticas

públicas, fortalecendo a atuação dos sujeitos políticos populares.

A maior dificuldade encontrada por esse tipo de entidade é a limitação de recursos humanos e financeiros.

Tradicionalmente as ONGs incluindo a casa da criança sobrevivem das receitas obtidas da:

- Cooperação Internacional: no momento a cooperação internacional passa por momentos de crise, de resstruturação resultante do desequilíbrio entre a oferta de recursos e a aceleração do ritmo de crescimento dos recursos disponíveis provocados pela crise fiscal e a recessão mundial. Isto é, não está repassando verbas.

- A capacitação através de contribuições individuais gera uma base que se identifica com a proposta da ONG pois proporciona maior visibilidade, legitimidade, força política e estabilidade financeira. Só que esse processo é limitado: pelo fato dos ONG. No caso a Casa da Criança requerem investimentos muito altos; fragilidade gerencial e a persistência da crise inflacionária;

- A capacitação através de empresas não é muito utilizada pela Casa da Criança. É um meio muito mais utilizado pelas ONGs Assistenciais;

- A capacitação pelo fundo público: exige que as ONGs lutem pela ampliação dos mecanismos de acesso ao fundo público. Para a ONG que já se beneficia desses, como é o caso da Casa da Criança, o objetivo é garantir o benefício alcançado, evitar a corrosão do seu valor real pela inflação, além de querer aumentar o benefício concedido.

"A ampliação do alcance das ONGs na satisfação de demandas e necessidades da população depende diretamente da constituição da esfera pública no momento em que os gastos sociais públicos, realizados por instituições governamentais, ONGs e organizações populares, estiverem submetidas a controles institucionais definidos e operacionalizados em arenas democráticas de confronto e negociação e de formação de consensos políticos os termos da relação pública/privada estarão redefinidos". (Cadernos do CBIA, 1991:42)

Este processo não se dará do dia para a noite, mas através de muita luta, pois contraria interesses dos poderosos, interesses do capital que possui no fundo público o pressuposto de sua acumulação, interesses patricionalistas de políticas incapazes de encontrar formas mais dignas de sobrevivência política e pessoal. Para as ONEs este processo implica mudanças profundas, pois passariam a depender dos contribuintes brasileiros e a serem avaliados e cobrados por suas ações.

A Casa da Criança hoje, em 1994 recebe alimentação da Prefeitura para duas semanas, frutas e verduras para três dias. Recebe da Secretaria de Estado da Justiça e Administração esporadicamente um valor irrisório; - O CBIA não liberou verbas; - A Secretaria da Saúde da Prefeitura Municipal cedeu a verba fixada mensalmente por um ano sem reajuste num valor que não cobre nem a alimentação do mês.

A esperança da Casa da Criança está na esperança de que consiga se auto-sustentar através da sua padaria que

atualmente produz 1000 pães, vendidos: na construção civil, no SOS criança, e num posto aberto dentro da comunidade do Morro da Penitenciária.

A padaria conta com dois profissionais moradores do Morro que se interessam pelo trabalho.

Para chegar à auto-sustentação é necessário que a Casa da Criança venda 3000 pães. Para que isso ocorra, é necessário ter: o forno profissional e um carro para a entrega dos pães que hoje é feito a pé.

Para melhor caracterizar a Casa da Criança como uma ONG de promoção da cidadania destacamos a seguir seus objetivos:

Gerais:

- Intervir na realidade marginal e na violação dos direitos básicos em que vive significativa parcela de crianças e adolescentes, contribuindo na construção de uma sociedade justa e democrática.

- Possibilitar espaço de organização e formação às crianças e adolescentes, favorecendo sua participação na reflexão, discussão e elaboração de propostas sobre a sua situação de marginalização social, política e cultural.

Específicos:

- Oferecer às crianças e adolescentes fontes de renda através de um trabalho produtivo-educativo, respeitando a integralidade da pessoa e sua dignidade humana.

- Possibilitar a experiência de cooperação coletiva a partir das relações do cotidiano da Casa da Criança.

- Refletir, discutir as experiências vividas, favorecendo novas práticas que respondam as suas necessidades.

- Estimular o estudo através do acompanhamento e reforço escolar.

- Propiciar atendimento médico, odontológico e psicológico.

- Fornecer alimentação tendo em vista um desenvolvimento sadio.

- Sensibilizar a comunidade para que participe da Casa da Criança, tornando-se também responsável por ela.

Com o Estatuto da criança e do adolescente são criados dois espaços de mediação entre as ONG e as verbas públicas:

1º) Os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente

Exercem o controle das políticas públicas de atendimento e assistência social como órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis.

"O artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece as diretrizes da política de atendimento, prevê a existência e manutenção de fundos nacionais, estaduais e municipais e o vínculo aos respectivos Conselhos. O artigo 214, que trata da destinação das multas e o 260 que dispõe sobre doações do contribuinte

do Imposto de Renda, fazem referência expressas ao mesmo". (Cadernos do CBIA, 1991)

Nossa legislação pouco esclarece quanto a sua natureza jurídica, o quanto do orçamento público é destinado aos conselhos e o seu grau de autonomia.

O processo de regulamentação e instalação dos conselhos já é uma realidade em muitos estados e municípios do país; no entanto, pouco se sabe acerca da criação dos respectivos fundos, o que é um desafio para os conselhos, considerando que o fundo é o principal instrumento de sua ação e por decorrência essencial para a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente e também para a real existência dos conselhos.

Os maiores desafios para a concretização do fundo são:

- a necessidade de gerar uma boa base de conhecimento jurídico especializado que balize a elaboração das normas básicas de funcionamento dos fundos e que forneça argumentos sólidos para quando necessário possa enfrentar possíveis demandas judiciais;

- legalização dos processos administrativos, e a aquisição e gerenciamento de recursos humanos e materiais;

- será exigido um esforço de capacitação abrangendo tanto o pessoal vinculado ao Conselho como os beneficiários dos recursos a serem aplicados.

2º) Conselhos Tutelares

Os conselhos tutelares têm como um de seus objetivos prestar assessoria ao Poder Executivo local na elaboração do proposto orçamentário referente aos planos e programas de atendimento e fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais, podendo puni-las até com o fechamento ou restrição aos programas. (Cadernos do CBIA, 1991)

O Conselho Tutelar é uma equipe ou equipes (pode haver mais de uma por município) de cinco pessoas, escolhidas pelos cidadãos do município para atender Casas de Crianças e adolescentes ameaçados ou violados em seus direitos e tomar as providências adequadas para fazer valer esses direitos.

Sendo assim, o Conselho Tutelar é um dos órgãos mais importantes da municipalização do atendimento, pois trata-se de equipe autônoma e independente que cobrará, dos que ameaçam ou violam os direitos, a responsabilidade pelos atos ilegais ou criminosos que praticam, encaminhando-os à Justiça quando necessário.

Obs.: As entidades de atendimento à criança e ao adolescente somente poderão funcionar após serem registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará seu registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

Serão negados registros às entidades inclusive os ONGs, que:

- não ofereçam instalação física em condições adequadas de habitabilidade, higiene e salubridade e segurança;

- não apresente plano de trabalho compatível com as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- esteja irregularmente constituída;
- tenha em seu quadro pessoas indôneas.

CONCLUSÃO

Neste trabalho tentou-se mostrar a situação sócio-econômica das crianças e adolescentes que freqüentam a Casa da Criança, onde se contextualizou tal situação como sendo conseqüência mais ampla do movimento histórico da sociedade brasileira, oriundo da centralização do poder, da injusta distribuição da riqueza nacional à população brasileira e a ausência de políticas sociais realmente comprometidas com os programas desenvolvidos na área de educação e saúde.

O profissional de Serviço Social possui em seus fundamentos teóricos e metodológicos o compromisso da desmistificação com a população a que presta seus serviços como também a decodificação das políticas sociais intervenções nas problemáticas da sociedade.

Deste modo, o Serviço Social da Casa da Criança deve ter bem claros os seus objetivos e seu papel para que possa traçar uma proposta de intervenção social e partir da realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes, e colaborar para a construção de uma proposta pedagógica comprometida com a politização dessa população.

BIBLIOGRAFIA

1. AGENTE Chapa Branca. Veja. n. 1.062, São Paulo, (14) 102-4, Abril 1989.
2. A CARTA dos poderes de um povo. Veja. n. 1.044, São Paulo, (36)32-51. Setembr 1988.
3. A RELEITA do Planalto. Veja. n. 1.062, São Paulo, (2):72-5. Janeiro 1989.
4. BRANDÃO, Carlos R. Escritos de Viagens e Estudo sobre Educação. Coleção Educação Popular. São Paulo, Ed. Loyola, 1984.
5. BRASIL, Criança Urgente a Lei. São Paulo, Columbus, 1990. Coleção Pedagogia Social. V. 3. Estatuto da Criança e do Adolescente.
6. BRASIL, Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (S.C.). Crianças de Florianópolis. [198_] folhetos.
7. CADERNOS DO CBIA, Entre o Público e o Privado. Rio de Janeiro, (1). Novembro 1991.
8. CANTANDO, na chuva. Veja. n. 1.068, São Paulo, (8):84-91. Fevereiro, 1989.

9. COELHO, Ideu M. A questão do trabalho pedagógico. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, (15). Março 1991.
10. COSTA, Antonio C. G. da. Aventuras Pedagógicas: Caminhos e descaminhos de uma ação educativa. São Paulo, Columbus Cultural, 1990, 150 p.
11. COSTA, Antonio C. G. do. A Educação pelo Trabalho. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, (19). Dezembro 1985.
12. COSTA, Antonio C. G. da. Infância, juventude e política social no Brasil. In: Brasil Criança Urgente. São Paulo, Columbres Cultural, 1989, cap. 4, p. 35-64.
13. COSTA, Antonio C.G. da. Por uma Pedagogia de Presença. Brasília, Ministério da Ação Social, 1991. 119 p.
14. CURY, Carlos R. Jamil. Educação e Contradição. Elementos Metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo, Cortez, 1987.
15. Enciclopédia Almanaque Abril. Economia Brasileira, São Paulo, Abril 1987. p. 6.
16. Enciclopédia Almanaque Abril. São Paulo, Abril 1992. p. 37, 110-113.
17. JACOBI, Pedro. Movimentos sociais e políticas públicas : demandas por saneamento básico e saúde. São Paulo, Cortez, 1989.
18. KAMAYANA, Nabuco. A prática profissional do Serviço Social. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, (6) Setembro 1981.

19. LAHORGUE, Daniele Bené. Caminhos e descaminhos da atuação do Serviço Social na Casa da Criança do Morro da Penitenciária. Florianópolis, UFSC, 1990. 60 p.
20. LOPES, Ilda. Descrição do processo de formação da comunidade Eclisial de Base do Morro da Penitenciária. Florianópolis, UFSC, 1984. 138 p.
21. MAGALHÃES, Maria C. S. Educação Popular e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, (6) Setembro 1981.
22. MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Brasília, [198_] 7 p. folheto.
23. MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Cidadão criança; cidadão adolescente: Contribuição para definição de uma política para a infância e juventude no Brasil [198_] 30 p. folheto.
24. MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Realidade Criança e Adolescente no Brasil. Brasília [198_] 7 p. folheto.
25. MUDANÇA de Estação. Veja. n. 1.065, São Paulo, (5):474-7 Fevereiro 1989.
26. NO ARROCHO, A face real no Novo Pacote. Veja. n. 981, São Paulo, p. 34-41, Junho 1987.
27. O Que Deu no Pacote. Veja. n. 1.053, São Paulo, (45):44-53 Novembro 1988.
28. OS Tiros Aquecem o Jogo das Greves. Veja. São Paulo, (46):32.

29. O Tropeço de Março. Veja. n. 1.073, São Paulo, (13):94-7.
30. PACOTE de Face Dupla. Veja. n. 1.110, São Paulo, (50):
116-9, Dezembro 1989.
31. PROMESSAS de Verão. Veja. n. 1.061, São Paulo, (1):66-68,
Janeiro 1989.
32. RETRATO DO BRASIL [meninos de rua] São Paulo, [198_]
14 p. número especial.
33. RIBEIRO, Edália Maria Ferreira, Marcia. Uma reflexão da
proposta alternativa do Serviço Social na formação de
CEBs. Florianópolis, UFSC, 1984. 101 p.
34. UMA Prova de Fogo. Veja. n. 1.068, São Paulo, (8):84-91,
Fevereiro 1989.
35. VIOLANTE, Maria Lúcia V. O dilema do decente malandro.
São Paulo, Cortez, 1982.